

Naudiney de Castro Gonçalves

**“O FOGO NÃO ESTÁ MORTO”:
engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva
das políticas públicas do último quartel do século XX**

Belo Horizonte
2011

Naudiney de Castro Gonçalves

**“O FOGO NÃO ESTÁ MORTO”:
engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva
das políticas públicas do último quartel do século XX**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte
2011

981.31 Gonçalves, Naudiney de Castro
G635f "O fogo não está morto" [manuscrito] : engenhos de rapadura do Cariri
2011 cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do
 último quartel do século XX / Naudiney de Castro Gonçalves. -2011.

83 f.

Orientador : José Newton Coelho Meneses

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Cariri (CE) - História - Teses. 2. História - Teses. 3.Engenhos – Teses. 4.
Rapadura – Teses.5.Interpretação do patrimônio natural e cultural – Teses.6.
Políticas públicas I. Meneses, José Newton Coelho Meneses. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação intitulada: “*O fogo não está morto*”: *engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX*, de autoria do mestrando Naudiney de Castro Gonçalves, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses – FAFICH/UFMG – Orientador

Profa. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo – FAFICH/UFMG

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr. – DH/CCHLA/UFPB

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2011.

Para Patrícia Lustosa.

A torre e o bispo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Genário e Judite, por todo o apoio e compreensão ao longo do período do mestrado.

À minha irmã Janayde, por todo o incentivo desde o início da escrita deste trabalho.

À Patricia, pelo companheirismo, inspiração, confiança e amor.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, aos meus colegas de mestrado e professores. Ao meu orientador, José Newton Coelho Meneses, por nossas reuniões e por todo o auxílio diante das minhas dificuldades.

Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Novas Fronteiras (PROCAD-NF 2009) e à CAPES pela bolsa de estudos e pela oportunidade de pesquisar nos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Aos colegas de trabalho na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no Ceará. À Olga Paiva, por sua forte presença de espírito e experiência no campo do patrimônio cultural, e a Igor Menezes, por sua sapiência nas discussões no campo historiográfico. Ao senhor superintendente Leonardo Barreto por concordar com a conclusão dos meus trabalhos na Superintendência Regional do IPHAN em Minas Gerais. À técnica e socióloga Corina Moreira por nossas preciosas conversas, e a todos os técnicos e servidores da Casa do Conde.

Aos meus companheiros do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP-IPHAN, especialmente ao advogado Mário Pragmácio.

Aos historiadores e pesquisadores Manuelina Duarte, Erton Gama (*In Memoriam*), Alexandre Gomes, Anna Cristina Ferreira, Márcio dos Santos Rodrigues, Gabriel da Costa Ávila, Adriana Romeiro, Eduardo França Paiva, Verônica Viana, Júnior Feitosa, Marcel Ramalho, Anna Carmen Diniz, Anna Maria Pontes, João Paulo Vieira, João Caram, Mirella Adriano, Luana Cavalcanti, Tina Perone e Tiago Macambira.

Aos senhores que permitiram a minha presença durante a moenda dos seus engenhos.

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de contribuir com algumas reflexões e questionamentos acerca do reconhecimento, como patrimônio imaterial, dos saberes e fazeres na produção da rapadura, no contexto dos engenhos de cana-de-açúcar remanescentes na região do Cariri cearense, especificamente no município de Barbalha, localizado a 575 quilômetros de Fortaleza, destacando o ofício do mestre de rapadura e suas técnicas tradicionais. O presente estudo aborda a permanência do ofício dos mestres de rapadura nos engenhos da região durante o funcionamento, por quase trinta anos, da Usina Manuel Costa Filho, inaugurada em Barbalha no ano de 1976, trazendo a discussão sobre as políticas públicas desenvolvidas no último quartel do século XX e suas contribuições para a continuidade de um saber que é reproduzido no ambiente dos engenhos do Cariri desde a primeira metade do século XVIII.

Palavras-Chave: Cariri cearense; Engenhos de rapadura; Patrimônio imaterial.

ABSTRACT

This work aims to contribute some thoughts and questions about the recognition as intangible heritage, the knowledge and practices in the production of *rapadura* in the context of the remaining sugar cane mills from the Cariri Region (distant 575 km from Fortaleza, Ceará), detaching the work of the *rapadura* masters and their traditional techniques. This study addresses the permanence of the masters of the craft in the sugar mills of the region during the operation, for almost thirty years, of Usina Manoel Costa Filho, inaugurated in Barbalha in 1976, bringing the discussion of public policies developed in the last quarter of the twentieth century and their contributions to the continuity of knowledge which is reproduced in the environment of the mills from the Cariri since the first half of the eighteenth century.

Keywords: Cariri region; Sugar cane mills; Intangible heritage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 9
1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA REFERÊNCIA CULTURAL	p. 15
1.1 Saberes tradicionais e a propriedade intelectual	p. 15
1.2 O IPHAN e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	p. 20
1.3 A Legislação Estadual de Patrimônio Cultural Imaterial do Ceará e referências à produção de rapadura em outros estados	p. 27
2 OS ENGENHOS DE RAPADURA NO CARIRI CEARENSE E A CRISE ENERGÉTICA NA DÉCADA DE 1970	p. 35
2.1 O município de Barbalha no contexto do Cariri cearense	p. 35
2.2 Práticas tradicionais da produção de rapadura nos engenhos da região	p. 42
2.3 A década de 1970: a crise energética mundial e o PROÁLCOOL	p. 48
3 OS PRODUTORES DE RAPADURA: DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS	p. 55
3.1 Inovações tecnológicas no campo: o modelo agroindustrial da Usina e suas relações com a pequena unidade produtora dos engenhos	p. 55
3.2 As novas relações de trabalho e o ofício do Mestre de Rapadura	p. 60
3.3 A permanência como resistência	p. 67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 77
REFERÊNCIAS	p. 78

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultante de questionamentos e reflexões sobre os **saberes e fazeres** da produção de rapadura no atual contexto dos engenhos de cana-de-açúcar com produção artesanal, remanescentes na região do Cariri cearense, e sobre as ações públicas que interferem nessa produção. Mais especificamente no município de Barbalha, localizado a 575 quilômetros de Fortaleza, ainda é possível a identificação de alguns engenhos em processo de moenda, demonstrando as suas várias etapas, desde o plantio até o uso de técnicas tradicionais do ofício do mestre de rapadura.

Este estudo também aborda a permanência do ofício dos mestres nos engenhos da região durante e após o funcionamento, por quase 30 anos, da Usina Manoel Costa Filho, inaugurada em Barbalha no ano de 1976, bem como as suas consequências para a continuidade de um saber que é reproduzido no ambiente dos engenhos artesanais do Cariri desde meados do século XVIII. Ao longo do trabalho, identificamos algumas mudanças e adaptações dos engenhos que se encontram em funcionamento, tanto de ordem física quanto na divisão do trabalho, e pudemos observar, *in loco*, características do ofício dos mestres, bem como o processo de transmissão dos **saberes** envolvidos na fabricação.

Os engenhos abordados nesta pesquisa foram: Engenho Santo Antônio, Engenho Santa Terezinha, Engenho Padre Miranda, Engenho Padre Cícero, Engenho Sítio Lagoa, Engenho São Paulo e Engenho Dois Irmãos.

A rapadura produzida de forma artesanal em Barbalha é escoada para os estados vizinhos do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Em alguns municípios destes estados ainda é possível localizar engenhos de rapadura em funcionamento, ou com a intenção de retomar suas atividades, mas a ausência dos mestres de rapadura vem dificultando o empreendimento. Devido aos anos de experiência na produção, a fama da qualidade da rapadura do Cariri ainda é reconhecida, o que garante uma fatia do mercado para os seus produtores.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar a construção histórica dessa tradição e as atuais condições do processo de produção no município, bem como as características que identificam as práticas envolvidas como uma referência cultural. Buscou-se, ainda, compreender as motivações sociais, políticas, econômicas e culturais que levaram os atuais proprietários dos engenhos a manterem a produção de rapadura durante o período de

funcionamento da Usina Manoel Costa Filho, um modelo agroindustrial que transformou, com o seu maquinário, não somente a paisagem, mas, sobretudo, a economia da região.

Contemporaneamente, com a economia da região estabilizada e melhor alinhada diante da competitividade com os mercados internacionais, apresentando perspectivas de crescimento que incluem a produção do campo, vemo-nos diante de mais um período de “modernização”. Consideramos este momento oportuno para um debate sobre a permanência dos **saberes** que se volte, necessariamente, para além da noção de **perda**, no contexto das comunidades tradicionais, e para os impactos gerados pelas atuais políticas em desenvolvimento. Obras de grande impacto estão em fase de implantação, tal como a Ferrovia TransNordestina, que irá integrar o Cariri a um complexo de rotas de comércio interligados com o Porto do Pecém, no litoral do Ceará, e o Projeto Integração das Bacias, que interligará as bacias hídricas com a transposição do Rio São Francisco.

Outro grande projeto refere-se à criação da segunda região metropolitana do Ceará. A atual proposta do Governo do Estado tem como interesse atender aos critérios propostos pelo Banco Mundial para as regiões conurbadas. No Cariri cearense, os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha já apresentam características de conurbação devido à expansão de suas áreas urbanas, resultando em uma difícil diferenciação dos seus limites geopolíticos. Com a criação da região metropolitana do Crajubar (representando as iniciais das três referidas cidades), os municípios passam a contar com recursos oriundos do Ministério das Cidades, além de alavancar o desenvolvimento de setores da indústria, do turismo e do comércio, atraindo investimentos de ordem econômica, tecnológica, científica e cultural.

Entendendo o produto rapadura e a sua produção artesanal como referência cultural no cotidiano dos engenhos tradicionais, tratamos no primeiro capítulo de políticas públicas que contemplem especificamente os produtores rurais integrantes deste processo. O direito à propriedade intelectual de grupos detentores de **saberes tradicionais** é abordado no tópico “Indicação Geográfica: saberes tradicionais e a propriedade intelectual”. Os instrumentos legais de atuação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) são trazidos à cena diante das atuais ameaças ao patrimônio cultural brasileiro. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial é apontado como política de Estado para o caso dos produtores de rapadura no município de Barbalha por contemplar as políticas de registro e fomento ao patrimônio imaterial desenvolvidas no âmbito do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Finalizando nossos estudos

desse capítulo, apresentamos uma análise da atual legislação do patrimônio imaterial do Estado do Ceará e dos programas específicos da Secretaria da Cultura do Estado, assim como o atual diálogo travado por estas com as políticas desenvolvidas em âmbito mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O segundo capítulo é denominado “Os engenhos de rapadura no Cariri cearense e a crise energética na década de 1970”, e trata de uma apresentação da região do Cariri cearense, com informações acerca das suas condições climáticas e geográficas, e também de suas especificidades no contexto cultural do estado do Ceará. Abordamos ainda a discussão a respeito da forma de ocupação territorial da região sul-cearense e procuramos interpretar, além do caráter histórico da produção de rapadura, os traços de sua permanência. Ainda neste capítulo apresentamos algumas observações sobre as mudanças de ordem social e econômica vivenciadas no cotidiano dos engenhos da região, na década de 1970, relacionadas ao contexto mundial de crise energética e à decorrente política brasileira voltada para alternativas ao uso do petróleo, com a criação do PROÁLCOOL.

“Os produtores de rapadura” constitui o terceiro capítulo deste trabalho, no qual se aborda, inicialmente, o modelo agroindustrial da usina e suas relações com a pequena unidade produtora dos engenhos, já evidenciando alguns aspectos da inovação tecnológica no campo. Neste ponto, é analisada especificamente a instalação, no município de Barbalha, da Usina Manoel Costa Filho e as relações desta com os engenhos produtores de rapadura. O capítulo apresenta, ainda, reflexões sobre o advento da modernização no campo através das políticas econômicas nacionais adotadas a partir da segunda metade do século XX e suas implicações para a região abordada. A discussão a respeito da permanência dos produtores nos dias atuais levou-nos a questionar a possibilidade de retratar este processo histórico como **resistência** dentro de um contexto de **progresso**, trazendo as contribuições teóricas de Edward Thompson e Jacques Le Goff.

Observações feitas em campo a respeito das atuais condições de produção da rapadura nos levaram a refletir sobre as novas relações de trabalho, e sobre a permanência e a extinção de algumas categorias tradicionais de trabalhadores. Para comprovar o declínio do número de engenhos e auxiliar na contextualização da realidade sociohistórica da região foram utilizados os Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Ceará entre os anos de 1970 e 1996, assim como estudos realizados pelo Banco do Nordeste entre a década de 1990 e o ano de 2005.

Ao definir a oralidade como uma das fontes deste estudo e partindo da noção de que “[...] testemunho é todo o discurso que se enuncia como tal e se submete ao julgamento da história”,¹ e de que o testemunho carrega uma noção de prova e verdade, entendemos que cabe ao historiador, ou ao pesquisador que se utiliza da oralidade como fonte de pesquisa, selecionar, verificar e utilizar a fonte oral na sua escrita de acordo com a problemática proposta. Danièle Voldman apresenta, em seu artigo intitulado “A invenção do depoimento oral”, uma distinção entre as diversas possibilidades de fontes, sejam elas relatos de vida, entrevistas ou depoimentos, na qual a diferenciação se dará no trato das fontes e na metodologia empregada pelo pesquisador. Esse estudo nos serviu de referência durante a utilização das entrevistas realizadas com os donos de engenhos e os trabalhadores desses lugares, quando buscávamos uma compreensão das mudanças ocorridas durante o período de convivência destes sujeitos com a usina.

Ao discurso dos donos de engenhos buscamos contrapor outros dois discursos: o proferido pelo governador Aduino Bezerra, no ano de 1976, no momento da inauguração da Usina Manoel Costa Filho, e o discurso político sobre patrimônio que vem sendo construído no Brasil. Nossa intenção com este cotejamento é demonstrar de que maneira os avanços na política cultural trouxeram novas possibilidades de atuação governamental e também como, na década de 70 do século passado, o diálogo nesse campo ainda era incipiente.

Para entender os procedimentos necessários para se investigar a produção e utilização dos referentes discursos dialogamos com o historiador John Pocock em seu artigo “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”, em sua preocupação sobre como as linguagens, idiomas ou retóricas podem ser definidas como um fenômeno histórico,² para então compreendermos o ofício do historiador ao estudar e aprender uma linguagem. “Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto”:³ essa frase resume o desafio com que o historiador se defronta no campo histórico ao analisar os discursos políticos de uma época. Ao comparar o ofício de historiador ao ofício de um arqueólogo, John Pocock propõe que os discursos são constituídos por diferentes camadas de linguagens e que o estudioso que se propõe a analisá-los tem que estar atento a isso, já que se preocupa tanto com os atos que ocorreram quanto com o contexto em que estes estavam inseridos.

¹ VOLDMAN. A invenção do depoimento oral, p. 256.

² POCOOCK. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*, p. 67.

³ POCOOCK. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*, p. 65.

Compreender que os discursos são constantemente reformulados e recriados é perceber a metáfora que John Pocock faz de um vinho novo despejado em garrafas velhas.⁴ Sua intenção é atentar para os perigos de se anunciar a descoberta de uma nova linguagem no contexto do discurso político. Nesse ponto surgem alguns questionamentos. O primeiro diz respeito a como a inovação de um paradigma pode resultar no nascimento de uma nova linguagem; o segundo refere-se a identificar até que ponto se pode atribuir o papel de mudança da linguagem a um determinado indivíduo; e, por último, entender se a mudança na linguagem ocorre de forma intencional ou fortuita.

Exemplificando a questão com a realidade nacional, é possível traçar um paralelo com a análise dos discursos políticos sobre o patrimônio no Brasil realizada por José Reginaldo Santos Gonçalves, tomando-o como o arqueólogo destes discursos, e adotando a retórica da perda como o paradigma a ser discutido no âmbito de mudança de linguagem supostamente proposta pelo personagem Aloísio Magalhães durante sua gestão à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir da década de 1970. Para tanto é bom lembrar que “A criação de uma nova linguagem pode ter lugar na tentativa de manter a velha linguagem, não menos que na tentativa de mudá-la”,⁵ demonstrando que por mais inovador que possa parecer o discurso de Aloísio Magalhães em relação ao de seu antecessor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, ele conserva a retórica da perda em seu conteúdo. A linguagem a que me refiro é a dos discursos sobre o patrimônio surgidos no Brasil a partir da década de 30 do século XX, pautados por uma valorização da cultura nacional pela elite intelectual.

Nesse sentido, tratar de patrimônio cultural é trabalhar com um conceito bastante dinâmico, o de cultura. E mesmo o termo “patrimônio cultural” apresenta diversas acepções. Perceber o conjunto que forma o patrimônio cultural de uma sociedade é estar atento aos bens que fazem referência e agregam identidade à memória dos diferentes grupos que formam a nossa sociedade, sejam esses bens artísticos, históricos, arqueológicos ou etnográficos.

Se levarmos em consideração que as primeiras tentativas de se criar uma legislação de proteção ao patrimônio brasileiro datam do início do século XX e que até as décadas de 60 e 70 do mesmo século as ações de preservação limitavam-se à salvaguarda dos monumentos edificados, podemos perceber o quanto é difícil pôr em prática mudanças na

⁴ POCOCK. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*, p.76.

⁵ POCOCK. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*, p.76.

forma de pensar a nossa história e de criarmos um senso de responsabilidade e de pertencimento.

Um estudo realizado pelos pesquisadores Ana Piñón e Pedro Funari⁶ revelou como as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio trabalham a questão do patrimônio e demonstrou que alguns problemas estão diretamente relacionados à forma tardia em que passamos a tratar este assunto. A pesquisa evidenciou que este atraso é reflexo de uma sociedade que apenas recentemente passou a reconhecer populações que desde a colonização tiveram suas culturas menosprezadas, perseguidas e, em alguns casos, até mesmo extintas, situações perceptíveis entre as comunidades indígenas e afrodescendentes.

Ao tratar do desafio de qualquer sociedade em preservar o seu patrimônio, Ana Piñón e Pedro Funari afirmam:

Torna-se uma tarefa árdua para qualquer pessoa envolvida na preservação do patrimônio ganhar o apoio dos cidadãos por seus esforços, a menos que os cidadãos adquiram a capacidade no início de sua educação para reconhecer o patrimônio ao seu redor e desenvolver uma consciência de que isso os pertence. Em outras palavras, a teoria e a prática da preservação podem progredir na sociedade apenas se esta tornar-se consciente do que é para ser preservado.⁷

Outro ponto importante a ser analisado é o fato de que, para que ocorra uma mudança efetiva, é necessária uma revisão do conteúdo trabalhado nos livros didáticos, com a busca por uma maior inserção de imagens que condigam com a realidade dos alunos e dos professores, assim como com a pesquisa e a inclusão de aspectos regionais que façam referência à pluralidade étnica intrínseca à história do Brasil e também por meio do aperfeiçoamento de uma linguagem que possibilite a expansão do conceito de patrimônio, abrangendo aspectos materiais e imateriais relacionados ao cotidiano dos discentes e que possibilitem uma melhor apropriação do conhecimento.

⁶ PIÑÓN; FUNARI. Telling Children About the Past in Brazil.

⁷ PIÑÓN; FUNARI. Telling Children About the Past in Brazil, p. 300. Tradução nossa.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA REFERÊNCIA CULTURAL

1.1 Saberes tradicionais e a propriedade intelectual

Há cerca de 17 anos, a empresa alemã Rapunzel Inc., produtora de alimentos orgânicos, registrou a patente da marca “rapadura” na Alemanha e nos Estados Unidos, obrigando os produtores brasileiros que pretendiam exportar o produto utilizando esta marca a pagar os devidos *royalties*. Devido ao trabalho da Comissão de Cultura da Ordem dos Advogados do Brasil do Ceará (OAB-CE) e do Ministério das Relações Exteriores, a empresa desistiu da marca e a disputa chegou ao fim. Contudo, essa ação contribuiu para questionamentos a respeito do registro internacional de marcas e patentes e do desrespeito à propriedade intelectual de saberes tradicionais. Na busca por uma proteção dos saberes e fazeres envolvidos na produção da rapadura, e entendendo esse processo como patrimônio cultural brasileiro, a Comissão de Cultura da OAB-CE enviou um ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) requerendo o registro deste **saber fazer** como Patrimônio Imaterial.

A lei de propriedade industrial nº 9.279, de 14 de maio de 1996, estabeleceu, no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), as espécies de Indicação de Procedência e de Denominação de Origem. Em 28 de novembro de 2000 foi editada a resolução INPI nº075, que instituiu o registro de propriedade industrial e instrumentalizou os diversos produtores do país para a proteção dos direitos de propriedade sobre os seus produtos.

O título de indicação geográfica pode ser requerido por qualquer associação de produtores, sendo este associativismo um princípio para evitar a exploração individual desta legislação; mas, caso exista um único produtor, este pode pessoalmente protocolar o seu pedido do nome geográfico.

O uso do nome geográfico é de exclusividade dos produtores e prestadores de serviços, estando estes aptos a adotar medidas legais contra quaisquer outros que porventura venham a comercializar ou prestar serviço utilizando a marca de procedência já registrada. Para a identificação do produto “rapadura” por meio da indicação geográfica, o produtor pode optar por duas espécies: a Indicação de Procedência ou a Denominação de Origem. A primeira agrega valor ao produto ao indicar a sua procedência geográfica comprovada pela tradição do local onde este é produzido. Já para a obtenção da Denominação de Origem é

exigida a comprovação de que o seu produto possui características exclusivas por ser oriundo de lugar específico, ou seja, de que os processos de produção envolvem fatores naturais e humanos únicos.

Segundo Moisés de Oliveira Wanghon e Cíntia Reis Costa, em artigo apresentado durante o Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais, ocorrido em Belém do Pará em 2004:

Para obtenção de indicação como denominação de origem necessita-se, ainda, descrever as qualidades e características do produto ou do serviço, as quais existem, exclusiva ou essencialmente, em decorrência do meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, bem como, relatar o processo ou método de obtenção do produto ou do serviço, que devem ser locais, leais e constantes; elencar, ainda, os elementos que comprovem a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da denominação de origem e, finalmente, comprovar a existência de produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou de prestação do serviço.¹

Diante do episódio de registro de patente citado anteriormente por uma empresa alemã, a proposta de indicação geográfica para os proprietários de engenhos de rapadura se apresenta como uma alternativa na busca de apoio para a continuidade de suas atividades. Representa também uma forma de distinguir o produto através de um atestado de qualidade, contribuindo para uma divulgação positiva de suas características peculiares e ampliando, assim, suas possibilidades de comercialização.

É garantida aos proprietários de engenhos a utilização do instrumento legal da Indicação Geográfica que contempla a proteção do direito intelectual coletivo. Juliana Santilli trata, em artigo intitulado “Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos”, do papel das políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais. A respeito da atuação do Estado neste campo jurídico, Santilli alega que:

A intervenção do estado brasileiro – seja por meio do órgão gestor dos recursos genéticos, seja por meio das agências encarregadas de formulação de políticas públicas dirigidas a povos tradicionais – deve estar voltada para a garantia do respeito às formas de organização e representação dos povos tradicionais e para a garantia do respeito aos direitos intelectuais coletivos assegurados a esses povos, sejam eles de conteúdo moral ou patrimonial. É importante salientar que o papel do Estado deve ser sempre o de assistir,

¹ WANGHON; COSTA. Indicações geográficas como instrumento de proteção do patrimônio cultural imaterial, p. 170-171.

assessorar os detentores de conhecimentos tradicionais, e nunca o de substituir a vontade e o consentimento informado deles pela sua própria vontade ou por seus próprios interesses. O Estado deve ainda garantir a observância de requisitos essenciais de validade dos instrumentos jurídicos que concretizam a vontade desses povos, e assegurar que a manifestação de vontade dos detentores de conhecimentos tradicionais seja livre de vícios (simulação, fraude ou erro), e plenamente consciente e informada.²

Em um estudo realizado pelo Banco do Nordeste no ano de 2006³ foram demonstradas as áreas com potencial de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, conforme a FIG. 1.



FIGURA 1 - Área com potencial de expansão de cana-de-açúcar no Nordeste em 2006.
Fonte: SANTOS, *Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas*, p. 145.

² SANTILLI. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos, p. 73-74.

³ SANTOS. *Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas*.

Os resultados mostraram que os programas de governo em planejamento e/ou em execução até aquele momento estavam voltados para a criação de zonas de irrigação que atendessem a demanda de um mercado agrícola em franca ascensão. Como exemplo é citado o Polo Canavieiro do Sertão, com a previsão de irrigação de 150 mil hectares em Pernambuco e Bahia, com potencial para a produção de 15 milhões de toneladas de cana. No Estado do Maranhão, com clima e terras favoráveis, foi criado o Programa de Bioenergia com a proposta de valer-se da cana como opção de exploração energética. Todas essas possibilidades dependem da integração das bacias do rio São Francisco e no mapa também é possível perceber que o Ceará é o único Estado sem um real potencial de expansão da sua lavoura canavieira.

As TAB. 1, 2 e 3 a seguir demonstram que, ao final da década de 1990, houve uma queda considerável na produção agrícola no Estado do Ceará, especificamente com relação à produção do açúcar, do álcool e do álcool hidratado. Esses dados comprovam a falência da produção baseada no modelo agroindustrial implementado através da instalação de uma usina na região sul do Estado na década de 1970, e também revelam que essa opção específica não representou a redenção econômica apregoada na época.

TABELA 1
Produção de Açúcar no Nordeste por Estado: Safras 1995/1996 a 2004/2005 (Mil Toneladas)

ESTADO	SAFRAS											2004/2005
	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	% s/total	Evol. (%) s/95/96
Maranhão	64	25	9	14	23	10	12	3	11	12	0,3	(81,3)
Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,1	-
Ceará	30	23	22	13	8	5	6	6	6	6	0,1	(-79,2)
Rio Grande do Norte	123	128	155	128	97	135	117	166	174	234	5,2	90,2
Paraíba	46	79	105	66	78	74	115	143	168	166	3,7	264,2
Pernambuco	1.413	1.227	1.233	1.058	856	1.111	1.104	1.231	1.434	1.464	32,4	3,6
Alagoas	1.479	1.525	1.779	1.385	1.215	1.990	1.678	1.994	2.441	2.389	52,9	61,5
Sergipe	36	60	73	46	49	72	56	69	69	74	1,6	106,6
Bahia	135	138	151	145	145	146	143	161	172	170	3,8	26,1
Nordeste	3.326	3.207	3.528	2.855	2.471	3.542	3.232	3.773	4.475	4.519	100,0	35,9

Fonte: AGRUANUAL *apud* SANTOS. Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas, p. 130.

TABELA 2
Produção de Álcool no Nordeste por Estado: Safras 1995/1996 a 2004/2005 (Mil Toneladas)

ESTADO	SAFRAS											2004/2005
	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	% s/total	Evol. (%) s/95/96
Maranhão	32	40	64	72	57	47	75	84	90	96	5,41	203,7
Piauí	31	22	25	23	15	17	19	23	22	19	1,10	(36,8)
Ceará	26	17	13	17	2	1	1	1	0	0	0,01	(99,4)
Rio Grande do Norte	119	128	137	110	69	94	80	99	95	89	5,05	(24,7)
Paraíba	278	335	310	260	202	218	227	240	278	338	19,6	21,7
Pernambuco	498	707	554	436	340	300	262	307	382	415	23,43	(16,7)
Alagoas	625	874	841	584	551	713	562	568	703	687	38,76	10,0
Sergipe	50	71	84	64	47	59	52	61	65	64	3,63	28,3
Bahia	75	97	102	76	71	48	55	58	50	63	3,56	(15,7)
Nordeste	1.733	2.290	2.131	1.643	1.354	1.496	1.332	1.441	4.475	1.773	100,0	2,3

Fonte: AGRUANUAL *apud* SANTOS. Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas, p. 133.

TABELA 3
Produção de Álcool Hidratado no Nordeste por Estado: Safras 1995/1996 a 2004/2005 (Mil Toneladas)

ESTADO	SAFRAS											2004/2005
	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	% s/total	Evol. (%) s/95/96
Maranhão	28	37	26	35	14	8	9	6	6	9	1,04	(68,8)
Piauí	31	22	25	14	9	8	13	12	4	4	0,52	(86,0)
Ceará	26	17	13	17	2	1	1	1	0	0	0,02	(99,4)
Rio Grande do Norte	79	67	93	66	35	61	33	50	49	41	4,94	(47,8)
Paraíba	258	300	186	145	101	104	139	134	151	181	21,66	(29,7)
Pernambuco	354	433	277	222	187	136	142	152	168	136	16,30	(61,4)
Alagoas	412	475	458	198	218	316	245	312	437	411	49,07	(0,3)
Sergipe	50	54	47	35	28	37	24	28	33	36	4,31	(27,9)
Bahia	75	91	86	54	32	20	22	16	19	18	2,14	(76,0)
Nordeste	1.312	1.495	1.210	787	626	690	628	712	868	837	100,0	-36,2

Fonte: AGRUANUAL *apud* SANTOS. Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas, p. 137.

A apresentação do mapa da FIG. 1 e dos números fornecidos pelas TAB. 1 a 3 tem a intenção de demonstrar que o apoio das políticas econômicas do Estado deveria voltar-se para os pequenos produtores, e, neste caso específico, para a cultura canavieira ainda em

atividade. No caso dos donos de engenho do Ceará, em lugar de projetos de instalação de novas usinas, a melhor opção poderia ser o incentivo à agricultura familiar, por meio de novas estratégias de distribuição e de valorização dos produtos artesanais.

1.2 O IPHAN e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

O grande desafio que a atuação das políticas públicas na seara do patrimônio cultural enfrenta é o de categorizar os bens culturais de natureza imaterial, nos mesmos parâmetros com que se realiza o processo de inscrição de obras nos livros estabelecidos após a criação da instituição do tombamento na década de 1930, a saber, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Após a publicação, no ano 2000, do Decreto-Lei nº 3.551, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os técnicos responsáveis pelas classificações passaram a enquadrar as manifestações culturais em quatro diferentes livros de registro (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares), na busca por uma análise aprofundada e descritiva de diferentes expressões culturais.

O patrimônio imaterial segue uma tendência de ampliação dos conceitos de cultura, e sua categorização como bem de interesse público exige que se promovam ações de salvaguarda diante do risco de perdas irreparáveis. Sua vulnerabilidade está diretamente ligada às mutações que os detentores de saberes tradicionais vêm sofrendo como consequência de uma maior integração global. A modernidade, ao disponibilizar meios mais eficazes de comunicação e transporte, muitas vezes desencadeia uma padronização de comportamentos e linguagens que colocam em evidência as transformações de algumas identidades culturais.

Cientes das consequências provocadas pelo progresso tecnológico e científico, muitas nações vêm criando ou aperfeiçoando seus órgãos de proteção ao patrimônio cultural e o lado positivo dessa fluência nas comunicações é a possibilidade de um maior intercâmbio entre as ações implementadas nesse âmbito pelos mais diversos países.

José Reginaldo Santos Gonçalves, por exemplo, ao analisar as narrativas sobre o patrimônio no Brasil, demonstra o quanto esses discursos estão ligados a um projeto de construção da identidade nacional: “Assim, os ideólogos do patrimônio cultural, ao denunciarem o risco de ‘perda’, não estão apenas registrando um fato histórico, mas

discursivamente construindo esse fato com o propósito de implementar um determinado projeto de construção nacional”.⁴

A retórica da perda é percebida nos discursos sobre o patrimônio e representa o momento histórico e o ideário político nacional vigente: “Nas narrativas de preservação histórica, a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento”.⁵

Ao atentar para este viés político do discurso patrimonial, José Reginaldo Gonçalves compara muito bem a retórica da perda com a metáfora da ruína e, assim, destaca a forma das narrativas alegóricas acerca do patrimônio cultural:

Assim como as coleções, as narrativas de patrimônio cultural são feitas de fragmentos. Como forma de narrativa alegórica, elas representam sempre uma promessa jamais realizada de totalização. Seu movimento é uma interminável busca por uma sempre adiada totalidade. Os patrimônios culturais, como as coleções, sempre fogem, seja em relação ao passado ou em relação ao futuro. Estão sempre sob a ameaça de desaparecimento. Estão sempre em expansão, jamais se completam; suas fronteiras jamais se fecham. Não por acaso, a metáfora da ruína é tão relevante nessas narrativas. Uma ruína é o que desaparece. Paradoxalmente, é algo que já não é mais. Foi, certa vez, parte de uma totalidade. Ao mesmo tempo, convida a uma permanente reconstrução. Um patrimônio cultural é feito de ruínas no sentido literal e no sentido metafórico do termo. Como uma forma moderna de alegoria, as narrativas de patrimônio cultural transformam objetos em ruínas, no sentido de que os resgatam de um supostamente inevitável processo de destruição.⁶

Um bom exemplo das políticas preservacionistas em âmbito mundial são as conferências e convenções realizadas pela UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas voltado para a educação, a ciência e a cultura, e que tem como objetivos reconhecer o caráter dinâmico do patrimônio cultural e ampliar seu conceito, ações de proteção, pesquisa e documentação, além de reconhecer o papel dos estados nacionais como articuladores das políticas de salvaguarda.

Entendemos que o tombamento, enquanto instrumento jurídico de proteção ao patrimônio, é um importante aliado das políticas públicas, alcançando esferas dos níveis municipal, estadual e federal. Contudo, este instrumento é representativo de uma interpretação

⁴ GONÇALVES. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, p.105.

⁵ GONÇALVES. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, p. 88.

⁶ GONÇALVES. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, p. 114.

de patrimônio cultural limitada às criações humanas materializadas através das invenções construtivas. Quaisquer outros aspectos que pudessem ser associados às características particulares de diferentes grupos humanos ainda não eram passíveis de interpretação nos anos que seguiram à criação da legislação relativa ao tombamento.

Neste caso, podemos identificar duas diferentes práticas atribuídas a distintos períodos de gestão do IPHAN no Brasil. A primeira fase, ou “fase heróica”, iniciada em 1937, é também conhecida como “fase da pedra e cal”, devido à predominância de arquitetos em seu quadro de funcionários. A outra fase a se destacar caracteriza-se pela participação de historiadores, cientistas sociais e profissionais de outras áreas, já nas décadas de 1970 e 1980.

Na primeira fase, era comum que os pedidos de tombamento partissem da própria instituição e a preocupação principal que os marcava era a preservação de bens imóveis por seu valor e relevância arquitetônica. Como exemplo desse período pode-se destacar o tombamento de Ouro Preto, justificado por sua arquitetura barroca.

A diferença da política de tombamento no período posterior à fase da pedra e cal é evidenciada pelas justificativas e pela incorporação de outros argumentos a esse processo, como a importância afetiva do bem e o reconhecimento do valor imaterial a ele atrelado. O exemplo do Terreiro Casa Branca, em Salvador, é um marco do embate entre as políticas de preservação voltadas principalmente para os bens imóveis e indica uma contínua abertura e reconhecimento das práticas sociais no campo do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse momento representa um impasse na aplicação da legislação de proteção a um bem cultural que, no caso, representava uma forte ligação com a comunidade, mas que havia sido descaracterizado de suas feições originais em razão das constantes intervenções construtivas que o edifício sofrera. Nesse caso, a permanência das relações dos frequentadores com o espaço foi fundamental para que se interpretasse essa manifestação cultural para além dos limites físicos da edificação.

As ações de tombamento foram iniciadas na década de 1930, até mesmo antes da criação do IPHAN – como no caso da cidade de Ouro Preto –, no período de gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Essa política era respaldada por um discurso que defendia a tradição – tradição essa muitas vezes resumida à atribuição de valores a monumentos arquitetônicos e a obras de arte do barroco brasileiro – com o intuito de civilizar a nossa sociedade,

A década de 1970 representa um período de grandes mudanças de gestão no referido órgão público. Dentre essas se destacam profundas modificações na mentalidade e

nos discursos de intelectuais como Aloísio Magalhães, que passaram então a questionar a política de patrimônio cultural desenvolvida pelo IPHAN desde 1937. Sua principal crítica relacionava-se a certa preservação da heterogeneidade para o desenvolvimento da sociedade, o que demonstra uma ampliação do conceito de “bem patrimonial”. Com essa nova interpretação sobre o que seria o patrimônio, a gestão de Aloísio Magalhães buscou mudar o foco da “apropriação”, transferindo para as comunidades locais a “posse” dos bens culturais.

Ambos os discursos, no entanto, têm em comum a ideia de que um futuro digno para a nação só seria viabilizado diante do reconhecimento dos fragmentos que constituem o universo do patrimônio do país. A definição do que são esses fragmentos é o que diferencia as duas políticas, adotadas respectivamente por Rodrigo Melo Franco de Andrade e por Aloísio Magalhães. Enquanto o primeiro vê o passado como algo a ser apropriado, e dessa forma toma o instituto do tombamento como sua principal estratégia para a civilidade, Aloísio Magalhães adota uma percepção de que o passado é um instrumento, e de que a identificação do que seria um bem patrimonial passaria também pelo reconhecimento das comunidades, tornando-as agentes de preservação.

A partir do momento em que se discute o que tem valor para a memória nacional, inicia-se uma busca por elementos capazes de materializar essa identidade. A apropriação desses elementos reflete as políticas de preservação adotadas, assim como o conceito de nação que se tem interesse em representar. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti contribuiu para a discussão a respeito de uma nova atuação das políticas públicas no campo da cultura nacional ao demonstrar que o processo de registro das manifestações culturais é fundamental para a compreensão do universo de comunidades tradicionais que fazem parte de nossa sociedade. A sua opinião a respeito da importância desse processo é de que:

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes tornam-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda.⁷

No Brasil, a partir do ano 2000, com a promulgação do Decreto n. 3551, instituiu-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Com este instrumento jurídico, a política de

⁷ CAVALCANTI. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte, p. 19.

preservação do patrimônio passou a alcançar os grupos detentores de conhecimentos tradicionais e todo o universo relacionado ao seu cotidiano, como o ambiente, seus instrumentos de trabalho, suas técnicas e suas representações. Essas diferentes dimensões passaram a ser documentadas em quatro diversos livros de registro, assim denominados: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Expressões e Livro dos Lugares.

Dessa forma, a dimensão do imaterial passou a ser considerada e contemplada pelas políticas patrimoniais. Contudo, a “divisão” entre o que se considera material e imaterial pode vir a se distanciar de um conceito capaz de aproximar os dois campos de atuação: a referência cultural.

Maria Cecília Londres Fonseca aborda o conceito de “referência cultural” ao tratar do trabalho dos técnicos envolvidos na pesquisa e identificação de bens culturais. Para as políticas patrimoniais, não apenas o suporte material das comunidades representativas da cultura nacional deve ser levado em consideração, pois que se trata também de uma necessidade de compreensão dos valores associados ao seu universo imaterial. Sobre referência cultural, Cecília Londres assim se posiciona:

A noção de “referência cultural” pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura naquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca de que todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada.⁸

É neste sentido que compreendemos a produção de rapadura e todos os engenhos que ainda permanecem em funcionamento como uma referência cultural, pois acreditamos que não apenas os aparatos materiais devem ser alvo das políticas públicas de preservação do patrimônio: todo o universo intangível das práticas envolvidas deve ser considerado no momento em que são traçadas as estratégias de intervenção do Estado.

O município de Barbalha, na região sul do Estado do Ceará, possui um conjunto arquitetônico que demonstra a opulência e a riqueza de uma região que teve como principal

⁸ FONSECA. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio, p. 19.

expoente da sua economia a agricultura canavieira e o comércio de seus produtos. Apreciar apenas o casario antigo no momento de se pensar na preservação do patrimônio histórico e cultural da região é desconsiderar os processos que ainda se encontram em atividade e que estão diretamente ligados à existência das edificações que se pretende conservar.

O patrimônio arquitetônico é reconhecido por sua grandiosidade e beleza, mas a falta de uma política cultural efetiva distancia esses bens do cotidiano da maior parte dos cidadãos. Dessa forma, o patrimônio assume uma posição inalcançável, ficando restrito apenas a um grupo de técnicos e intelectuais que seriam os únicos capazes de dialogar com e de compreender esse universo.



FIGURA 2 - Casario no centro do município de Barbalha.
Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará, s/d.

As ações políticas no campo patrimonial não devem se resumir ao discurso da construção do caráter nacional, mas, sim, expandirem-se na direção de uma viabilização de formas que possibilitem ao público ter acesso a suas realidades, aproximando-o delas e assim proporcionando novas leituras, além do desenvolvimento de uma sensibilidade crítica para o reconhecimento e a construção dos valores que o cercam.

É compreensível que qualquer ação que tenha como objetivo a proteção de um bem, seja ele de ordem material ou imaterial, móvel ou imóvel, só seja possível e duradoura com a capacidade do público de se apropriar e de se identificar com esse patrimônio que pode ser interpretado como parte de suas vidas.

Em 17 de maio de 2000, ao longo da exposição de motivos para o encaminhamento do Decreto nº 3.551, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e delimita o registro do patrimônio imaterial, o ex-ministro da Cultura Francisco Weffort assim afirmou:

A inscrição de um bem em um dos Livros de Registro terá sempre como referência sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, assim como sua continuidade histórica, tomada aqui no melhor sentido de tradição, isto é, de práticas culturais que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo para o grupo um vínculo do presente com o seu passado. Em razão, portanto, do caráter essencialmente dinâmico desses bens, propõe-se a atualização do registro documental dos bens inscritos pelo menos a cada dez anos, para acompanhamento da sua evolução e avaliação da pertinência da revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Caso tenha ocorrido transformação total, no sentido do rompimento da continuidade histórica acima referida, ou o desaparecimento de seus elementos essenciais, o bem perde o título, mantendo-se o Registro apenas como referência histórica.⁹

Considerando o registro do patrimônio imaterial como uma política pública possível para o modo de fazer da rapadura, é plausível a proposta de um estudo aprofundado desta tradição, levando em conta tanto as particularidades dessa ação como a metodologia desenvolvida para a pesquisa e as possibilidades de fomento à continuidade da produção.

No caso do município de Barbalha, é possível citar como elementos que compõem a paisagem do município desde os casarões do século XIX, localizados no centro urbano, passando por ruínas de engenhos no perímetro rural que remetem aos primeiros exemplares instalados na Chapada do Araripe, até os engenhos que se encontram hoje em atividade e auxiliam em uma busca pela compreensão dos momentos históricos em que a sociedade esteve inserida.

Os resquícios materiais e a continuação dos processos de moenda podem remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais que se

⁹ WEFFORT. Exposição de motivos que encaminha o Decreto nº 3551/2000, p. 343-344.

estabeleceram no cotidiano do município, assim como apontar ainda as relações de poder e as influências políticas locais, além de demonstrarem a dinâmica econômica local.

1.3 A Legislação Estadual de Patrimônio Cultural Imaterial do Ceará e referências à produção de rapadura em outros estados

O Estado do Ceará, através de sua Secretaria da Cultura (Secult), é um dos pioneiros no trato das questões de políticas públicas voltadas para o patrimônio imaterial. O reconhecimento de suas ações veio no ano de 2007, com o recebimento do Prêmio Culturas Populares, concedido pelo Ministério da Cultura por sua atuação e reconhecimento à categoria dos Tesouros Vivos.

Como legislação específica para o patrimônio imaterial, no âmbito da administração pública estadual, apresenta-se a Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003, que institui o registro dos mestres da cultura tradicional popular do Ceará. No artigo primeiro do Capítulo 1 fica assim estabelecido:

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO REGISTRO E DA DEFINIÇÃO DOS MESTRES DA CULTURA TRADICIONAL POPULAR

Art.1º. Fica instituído no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (RMCTP-CE), a ser feito em livro próprio a cargo da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Parágrafo único. Será considerado, para os fins desta Lei, como Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará e, para tanto Tesouro Vivo, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito junto ao Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade estabelecida no Estado do Ceará.

A Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural (COPAHC) da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará é responsável pela inscrição no Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, um livro da Secult onde, até o ano de 2008, constavam inscritos 57 nomes representativos da cultura estadual.

Posteriormente, em 30 de dezembro de 2003, o Governo do Estado do Ceará sancionou a Lei nº 13.427, que institui, no âmbito da administração pública estadual, as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem

patrimônio cultural do Ceará. O artigo segundo desta lei define que o registro dos bens culturais de natureza imaterial e de indivíduos que constituem patrimônio cultural cearense será feito em seis livros, a saber:

a) **I - Livro de Registro dos Saberes**, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Para a inscrição neste livro a pesquisa de inventário deve levar em consideração as condições dos lugares onde acontece a transmissão do saber tradicional, o aparato material associado às práticas da comunidade estudada e a referência cultural que os próprios detentores dos saberes elegem como relevante durante o processo de aprendizagem;

b) **II - Livro de Registro das Celebrações**, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. Neste livro, a pesquisa das manifestações culturais ultrapassa os limites de credo e de religião, inclusive levando em consideração as possibilidades que o sincretismo religioso pode proporcionar em diferentes realidades locais;

c) **III - Livro de Registro das Formas de Expressão**, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, visuais, cênicas e lúdicas. Assim como no Livro de Registro das Celebrações, o estudo sobre as formas de expressão proporciona a compreensão da riqueza cultural que pode ser identificada em um determinado território, observando-se os significados impressos nos simbolismos das manifestações;

d) **IV - Livro de Registro dos Lugares**, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentrem e se reproduzem práticas culturais coletivas. Os lugares são compreendidos aqui como os espaços onde ocorre a interação das comunidades durante os diferentes momentos de socialização. Como exemplo, é possível identificar os locais das festividades em que se comemora a colheita, lugares onde se comercializam produtos ou onde são realizados rituais fúnebres ou de celebração;

e) **V - Livro dos Guardiões da Memória**, onde serão inscritas as pessoas detentoras da memória, naturais de sua cidade, região ou Estado, devendo essa memória apresentar-se de forma oral ou através da propriedade de acervos que, por sua natureza e especificidade, representem a história e a cultura do povo cearense. De acordo com a Secult, os Guardiões da Memória representam o “arquivo vivo” de algumas cidades e localidades. Estas pessoas seriam registradas por sua importância na preservação da memória e por conta de seus interesses particulares na montagem de acervos;

f) **VI - Livro dos Mestres**, onde serão registrados os Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, nos termos da Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003. A categoria de Mestres da Cultura Tradicional pode ser considerada uma inovação por parte da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, ao avançar nas políticas de proteção dos detentores de saberes tradicionais.

Seguindo uma tendência adotada pela UNESCO, o Governo do Estado do Ceará sancionou a Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, que institui o registro dos “Tesouros Vivos da Cultura” no Estado do Ceará.

O parágrafo único do Capítulo I define como “Tesouro Vivo da Cultura”:

Parágrafo único. Poderão ser reconhecidos como “Tesouros Vivos da Cultura” as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas, pelos órgãos indicados nesta Lei, representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da Cultura Cearense.

A Lei Estadual nº 13.842 ainda estabelece os requisitos e critérios indispensáveis ao reconhecimento enquanto “Tesouro Vivo” e os direitos decorrentes do título, além dos deveres dos reconhecidos e os procedimentos para proposta de registro no livro dos “Tesouros Vivos da Cultura”.

A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará gerencia o processo de seleção das propostas ao título. Os agraciados com o reconhecimento recebem um auxílio de um salário mínimo como assistência para a continuidade e transmissão dos seus saberes tradicionais.

Tendo como referência a base digital do Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC, pesquisou-se os locais onde foram identificadas referências à produção da rapadura através desse instrumento utilizado pelo IPHAN desde 2000. Os únicos inventários que abordaram essa produção específica foram: o Inventário Nacional de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento, o Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Xapuri e o Inventário Nacional das Referências Culturais do Seridó.¹⁰

¹⁰ A descrição dos estudos destes inventários, apresentada a seguir, foi compilada a partir do Portal do IPHAN, por meio do acesso ao material disponível em <http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicaInrc/paginas/principal/principal.seam;jsessionid=A6A41692EF03A6E9035C62B2D8066A9F>. Acesso em 11 jan. 2011.

O Inventário Nacional de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento (MADE) foi realizado no ano de 2000, com o intuito de testar a metodologia do INRC, finalizada no mesmo ano. É, portanto, um inventário-piloto, o primeiro INRC realizado pela instituição.

Os primeiros núcleos urbanos do Brasil formaram-se nas proximidades de Coroa Vermelha, no extremo sul da Bahia, região considerada pelos especialistas o sítio primeiro da fundação do Brasil, em especial as áreas sobre as elevações e próximas à foz dos principais rios. Com o intuito de alcançar e preservar esse conjunto complexo de bens culturais, em 1996 foi criado, por meio de decreto federal, o Museu Aberto do Descobrimento, a partir de proposta da Fundação Quadrilátero do Descobrimento.

À ideia de "museu aberto" corresponde o objetivo estratégico de promover, conservar e explorar (por meio do turismo qualificado) os elementos históricos, culturais e naturais do sítio histórico. O Museu Aberto do Descobrimento inclui áreas de preservação ambiental, territórios indígenas, manifestações culturais, históricas e arqueológicas de importância capital para a história do Brasil.

O território no qual aconteceu a pesquisa foi dividido em um sítio – o próprio espaço geográfico e cultural do MADE – com nove localidades específicas. A delimitação do sítio a ser inventariado no MADE traz uma característica específica: ele se compõe de áreas descontínuas, uma vez que o Museu abrange localidades que não têm, necessariamente, fronteiras entre si.

Nessas localidades foram identificadas cinco celebrações, duas edificações, seis formas de expressão, além de quatro lugares e seis ofícios e modos de fazer. Como sistematização da pesquisa e divulgação do inventário foi produzido um CD-ROM com os resultados do projeto, como exemplifica o trecho que se segue:

Bem cultural: Cachaça e rapadura Vale Verde

Classificação: Ofício e modos-de-fazer

A produção de cachaça e rapadura, bens associados por serem produzidos no mesmo local e a partir da matéria-prima, está historicamente associada à localidade de Vale Verde. Os engenhos, além de numerosos, foram até a década de 70 uma das principais atividades econômicas da região de Vale Verde. Localizados nas fazendas de cana-de-açúcar, esses engenhos eram especializados na produção de rapadura. Essa rapadura era escoada através do Rio Buranhém até a cidade de Porto Seguro, entrando então nas rotas comerciais de Belmonte e conseqüentemente de Salvador. Com as facilidades provenientes da construção da malha viária em toda a região, devido principalmente ao último período de construção da BR-101, a

concorrência com o açúcar refinado iniciou a decadência da produção de rapadura.

No início da década de 70 nenhum engenho estava em atividade significativa. Nesse mesmo período foi inaugurado o primeiro alambique (logo em seguida desativado) substituindo assim a histórica atividade dos engenhos. Somente em 1976 foi inaugurado o alambique que até hoje se mantém através da cooperativa de Vale Verde.

O Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Xapuri, realizado entre os anos de 2006 e 2007, foi executado pela Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (órgão do governo do Estado do Acre), financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, contando ainda com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e IPHAN no desenvolvimento dos trabalhos.

O município inventariado é conhecido pelos movimentos socioambientais das décadas de 1970 e 1980, nos quais se destaca a liderança de Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, em sua luta pela manutenção dos seringais, ameaçados pela especulação fundiária e pelo desmatamento em função da implantação de pastagens para o gado bovino. Nessa época os "empates", manifestação de resistência pacífica dos seringueiros, foram a principal arma das comunidades de seringueiros contra a derrubada da floresta, tornando-se Xapuri e Chico Mendes símbolos da luta pela preservação da Amazônia.

Historicamente, a formação do município remete ao processo de ocupação e anexação ao Brasil do território correspondente ao estado do Acre, no qual Xapuri é protagonista devido à produção da borracha vegetal a partir da seringueira, tendo por isso ganhado o apelido de “a princesinha do Acre”. Com o fim do primeiro ciclo da borracha, Xapuri passa a ter como atividade principal o extrativismo da castanha, ocorrendo um segundo ciclo importante de exploração das seringueiras nos anos 1940, graças ao fornecimento de borracha vegetal aos países aliados do Brasil na Segunda Guerra Mundial. No entanto, mesmo não sendo mais a principal atividade econômica, a extração da borracha continua existindo em Xapuri, sendo muito significativa para a identidade das comunidades que habitam a área urbana do município, bem como para os assentamentos e reservas extrativistas.

A vida no seringal, a construção de um núcleo urbano ligado ao comércio dos produtos do extrativismo e o empenho pela manutenção de um modo de vida criaram marcas da cultura que não estão expressas apenas na atividade de extração do látex, mas que também se apresentam na religiosidade popular, na culinária, nas edificações, nos ofícios e modos de

fazer que revelam um saber local e um conhecimento do lugar onde se vive que é cotidianamente passado para as novas gerações.

Foram inventariadas referências culturais relativas ao modo específico de vida no seringal, marcos de paisagem que referenciam a floresta e as atividades extrativistas e o artifício dos recursos naturais que revela saberes tradicionais próprios da comunidade de Xapuri, assim como elementos da cultura material que referenciam na memória coletiva o processo histórico de Xapuri.

O inventário produziu, além das fichas do INRC, relatórios e diagnósticos, e também uma expressiva documentação fotográfica:

Bem cultural: rapadura

Classificação: Ofício e modos-de-fazer

Primeiro coloca o leite no fogo, acrescenta o açúcar e mexe com a palheta até ele chegar ao ponto de ficar um doce duro e ir direto pra forma. Espera secar, quando então é retirado da forma e cortado em tamanhos de rapadura pra ser degustada.

Bem cultural: rapadura de castanha

Classificação: Ofício e modos-de-fazer

Consiste em ralar a castanha e colocá-la dentro do mel; misturá-la e pôr dentro de uma forma; após isso, é só colocar para qualhar e depois desenformar a rapadura já pronta.

O Inventário Nacional das Referências Culturais do Seridó – realizado entre os anos de 2007 e 2008, pela então Sub-Regional do IPHAN no Estado do Rio Grande do Norte, à época vinculada à Regional do Estado da Paraíba – foi executado por uma equipe formada por profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Centro de Educação Federal Tecnológico do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).

A região inventariada, o Seridó, constitui uma mesorregião no estado do Rio Grande do Norte. Dela, foram contemplados no projeto os municípios Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Jardim do Seridó e Timbaúba dos Batistas. Este território foi colonizado na segunda metade do século XVII pela expansão da atividade pecuarista, o que gerou o estabelecimento de cidades ligadas aos núcleos de fazendas e paróquias. Esse passado colonial permeou a vida cotidiana e os momentos rituais de referências e tradições ligados à atividade agropecuária e à religiosidade.

A pesquisa buscou levantar os usos, funções e significados estéticos e sociais das celebrações religiosas e festas de rua; os conhecimentos e modos de fazer relacionados às atividades de criação de gado e aos padrões alimentares da região; a vastidão de expressões da tradição oral em seus diferentes aspectos, como bandas de música e devoções religiosas, além dos lugares de memória como espaços de sociabilidade e os que possuem significações históricas e religiosas. Ao todo foram inventariados mais de noventa bens referenciais, entre os quais a Festa de Sant'Ana de Caicó, que foi Registrada em 2010 no Livro do Registro das Celebrações, ganhando o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Além do conjunto de fichas do INRC e de fotografias, o inventário gerou também como produto um documentário sobre a Festa de Sant'Ana de Caicó:

Bem cultural: Engenhos de rapadura

Classificação: Lugar

Em meados do século XIX, o Major José Batista dos Santos fundou a fazenda Timbaúba, nas terras que posteriormente constituiriam os limites do município de Timbaúba dos Batistas. Desde então, as terras abrigam uma grande parcela de suas terras voltadas ao cultivo da cana-de-açúcar, ensejando uma produção de aguardente e rapadura. Em função deste farto cultivo da cana-de-açúcar, as propriedades rurais instalavam constantemente engenhos para moer a cana e produzir seus derivados como a rapadura. Estes engenhos recebiam, em sua maioria, a denominação da propriedade rural que estavam instalados, ou o nome do proprietário. O principal produto destes engenhos era a rapadura, comercializada principalmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. As etapas de produção dos engenhos envolviam um grande número de pessoas com as mais variadas funções.

A breve descrição dos exemplos acima buscou demonstrar que a produção da rapadura está inserida em diferentes realidades do país, mas, acima de tudo, voltou-se a enfatizar que a metodologia específica do IPHAN para o inventário de referências culturais pode ser aplicada no contexto cearense. Certamente os resultados trariam muitas das características abordadas ao longo deste trabalho, como a relação entre a cultura material – evidenciada através dos exemplares arquitetônicos ainda preservados e da presença dos atuais engenhos em funcionamento – com todas as peculiaridades que o modo de fazer a rapadura apresenta durante o período em que os engenhos estão em atividade. Mesmo entre esses engenhos, também seria possível identificar as especificidades de cada produtor e as características dos seus respectivos produtos, levando à reflexão de que o processo que ainda persiste pode ser interpretado como um modo de fazer tradicional, que mantém profunda relação com os lugares onde acontece a transmissão de conhecimentos entre mestre e

aprendiz, e que indica a pertinência de sua inserção no universo simbólico das celebrações e expressões das comunidades que se sustentam com a fabricação e o comércio de um bem que mantém as suas características básicas mesmo após diversas mudanças de ordem tecnológica.

Os atuais produtores de rapadura convivem com lucros que não chegam a ser representativos em comparação aos custos da produção, sobre a qual pesam os encargos sociais associados aos trabalhadores, a manutenção do maquinário e as despesas geradas pelo consumo de energia ou pela escassez de água em determinadas estações do ano. Os incentivos governamentais, no que se refere aos financiamentos e linhas de crédito, não sugerem melhorias em curto prazo, principalmente devido à ausência de perspectivas de expansão do mercado consumidor que, por sua vez, cobra melhoria na qualidade do produto, diversificação na oferta e fiscalização em relação às condições de higiene.

A manutenção dos atuais engenhos vai muito além de apenas um desejo de continuar com a tradição: os produtores têm consciência do alto valor nutritivo do seu produto e sabem que este ainda mantém um baixo preço em relação a outros alimentos. A expectativa dos donos de engenho é que a rapadura seja uma opção na merenda escolar e que conquiste o reconhecimento e o apoio da administração pública para a viabilização da produção e comercialização do produto.

2 OS ENGENHOS DE RAPADURA NO CARIRI CEARENSE E A CRISE ENERGÉTICA NA DÉCADA DE 1970

2.1 O município de Barbalha no contexto do Cariri cearense

A Região do Cariri cearense está localizada no extremo sul do estado do Ceará e é marcada pela presença da Bacia Sedimentar do Araripe, conhecida por ser um importante depósito fossilífero formado há 120 milhões de anos e que se estende para os estados de Paraíba, Pernambuco e Piauí, com o os quais o Ceará faz fronteira. A Região é formada por nove municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Caririaçu, Farias Brito e Santana do Cariri, perfazendo um total de 5.025,6 Km² e contando com uma população de 564.548 habitantes, número estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010. Essa divisão, no entanto, não chega a ser um consenso. De acordo com o Banco do Nordeste, a região do Cariri abrange 33 municípios encravados ao longo da fronteira com Pernambuco, até os limites do Piauí e da Paraíba, pelo prolongamento da Chapada do Araripe.¹ Esta divisão, a qual utilizaremos no presente trabalho, compreende os seguintes municípios, distribuídos em cinco microrregiões:

- a) Sertão do Salgado: Baixio, Cedro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari;
- b) Serra de Caririaçu: Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Tarrafas e Várzea Alegre;
- c) Sertão do Cariri: Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras;
- d) Chapada do Araripe: Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre e Santana do Cariri;
- e) Cariri: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Considerado “Polo Estratégico de Desenvolvimento”, em setembro de 2006 a Divisão de Ciências da Terra da UNESCO reconheceu o Geopark Araripe como o primeiro Geopark das Américas² em razão de uma postulação apresentada em dezembro de 2005, como iniciativa do Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e coordenado pela Universidade Regional do Cariri

¹ MONTEIRO; SANTOS JUNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*.

² Para maiores informações sobre os Geoparks e, em especial, sobre o processo para a criação do Geopark Araripe, consultar o website da Universidade Regional do Cariri. Disponível em: <http://geoparkararipe.urca.br/main/principal.php>. Acesso em 13 jul. 2010.

(URCA). Em 29 de junho de 2009 foi criada, pela Lei Complementar Estadual nº 78, sancionada pelo governador Cid Gomes, a Região Metropolitana do Cariri, englobando os nove municípios e tendo como cidades-polo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

O Cariri é conhecido como o “Oásis do Sertão”, pois propicia a formação de ecossistemas como o brejo e o pé-de-serra, considerados como áreas ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, e com isso conferindo à região semelhanças com a Zona da Mata pernambucana ou com os brejos paraibanos: “Dos pés de serra do Araripe brotam dezenas de fontes perenes que derramam a fertilidade na região. As quedas pluviométricas, graças também à proteção carinhosa do Araripe, são das melhores do nordeste.”³

José Anastácio Vieira, na apresentação da obra *Engenhos de Rapadura do Cariri*, da qual extraímos a citação anterior, relembra a diferença entre o Cariri Paraibano e o Cariri localizado aos pés da Serra do Araripe:

Há no nordeste, duas regiões distintas que recebem a denominação de Cariri. Chamavam-nas os antigos, para distingui-las bem, de Cariris Velhos, a que fica na Paraíba, e de Cariris Novos, a que se encrava no sul do Ceará. A primeira é das zonas mais secas [sic] do sertão paraibano, a outra situa-se justamente na parte mais fértil da terra cearense. Vieram tais nomes do grupo de índios cariris [sic], cujos remanescentes perduram em alguns pontos do nordeste.⁴

Manuel Correia de Andrade, em seu livro *Modernização e Pobreza*, assim descreve as condições naturais da região sul do Ceará:

No Vale do Cariri, a cana pode se expandir nas porções mais baixas, nos brejos e nos pés de serra, porque ele fica situado ao norte da Chapada do Araripe, que tem a sua estratificação formada por camadas de rochas sedimentares inclinadas para o norte. A água que se infiltra na chapada desce até encontrar camadas de rochas impermeáveis e escoar em direção ao Vale do Cariri, que corre paralelamente ao norte da chapada em direção ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe. Nas serras, ela se desenvolve devido à temperatura mais baixa decorrente da altitude e da forte condensação do vapor d’água em contato com o solo, além das chuvas de conversão.⁵

O autor citado quer, portanto, expressar que a configuração climática e geográfica observada no Vale do Cariri é privilegiada em comparação com a realidade que se apresenta

³ FIGUEIREDO FILHO. *Engenhos de rapadura do Cariri*, p. 21.

⁴ VIEIRA *apud* FIGUEIREDO FILHO. *Engenhos de rapadura do Cariri*, p. 7.

⁵ ANDRADE. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*, p. 115.

nas regiões vizinhas, como o Sertão Central, onde é possível observar, durante os cíclicos períodos de seca, o flagelo da população e os consequentes processos de migração.

Os primeiros colonos que se fixaram aos pés da Serra do Araripe no século XVIII encontraram um local propício à fixação depois de atravessar o sertão. O cultivo de cana foi favorecido, já que a terra era boa e chovia em abundância. De acordo com uma descrição da região, feita por uma reportagem da *Revista Veja* sobre o Cariri no ano de 1976, nem mesmo as grandes secas registradas entre a segunda metade do século XIX e início da segunda metade do século XX foram suficientes para modificar essa paisagem:

A seca nunca chegou a produzir estragos consideráveis nos 7200 quilômetros quadrados de matas, pastos e lavouras do vale do Cariri, na divisa do Ceará com o Pernambuco. Ali, onde outrora vagavam os índios cariris, velhos registros garantem que espécies como a oiticica, o juazeiro e o umbu se conservaram impecavelmente frondosos durante as desastrosas estiagens de 1877, 1915, 1932 e 1958. E, ainda no início deste ano, a falta de chuvas que preocupou boa parte do sertão nordestino em nada afetou a região. O Cariri, que ocupa 6% da extensão territorial do Ceará, seria, em suma, um imenso oásis plantado no desértico interior do nordeste.⁶



FIGURA 3 - Região do Cariri cearense.
Fonte: www.wikipedia.com.

⁶ O FÉRTIL..., 1976, p. 92.

Do ponto de vista sociocultural, a região é também um ponto de confluência de culturas. Migrantes de todo o Nordeste expressam sua fé e devoção à Mãe das Dores, padroeira de Juazeiro do Norte e, sobretudo, ao Padre Cícero Romão Batista, personagem político e religioso, cuja presença é marcante no Nordeste, e também em outras regiões, mesmo após décadas de sua morte. A forte religiosidade dos romeiros e dos habitantes distingue-se pela grande quantidade de comércio de produtos religiosos e pelo rico calendário de festividades, comemorado fielmente pelos devotos, como se exemplifica na FIG. 4 abaixo:



FIGURA 4 - A interação entre um brincante de reisado, uma celebração católica, e o agradecimento pela colheita da cana. Celebração da Missa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha – momento do ofertório, quando os produtos do município são oferecidos ao padroeiro.

Fonte: Fotografia de Olga Paiva, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará, s/d.

Mas não são somente as cinco grandes romarias que acontecem no município de Juazeiro do Norte (Romaria da Mãe das Dores, Romaria de Finados, Romaria do Ciclo Natalino, Romaria de São Sebastião e Romaria das Candeias) que caracterizam a cultura popular da região. Sua riqueza pode ser percebida ainda na dinâmica cultural encontrada nos brincantes de reisados, na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, no inconfundível trabalho em couro do mestre Espedito Seleiro, na arte em madeira de Manuel Graciano, no ofício de santeiros, nas bandas cabaçais – dentre as quais se destaca a dos Irmãos Aniceto – e

mesmo no comércio que movimenta a região, um entreposto localizado no sertão, com rotas frequentemente vindas dos estados vizinhos.

Existe também uma profunda relação entre o trato da rapadura nas feiras e a fixação das vilas na região. Como exemplo dessa relação trazemos a referência de Antônio José de Oliveira, em seu estudo intitulado *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*, no qual o autor afirma que:

Com a produção da rapadura nos primeiros engenhos e conseqüentemente sua expansão pelo Cariri, fortaleceram-se as relações comerciais nas principais vilas da região. A comercialização dos produtos nas feiras, sobretudo a rapadura, ergueram em pouco tempo um considerável comércio na localidade, projetando o nome do Cariri para outras regiões do interior nordestino.⁷

As feiras são, assim, espaços onde, além das trocas de mercadorias, ocorrem processos dinâmicos de configuração cultural, lugares onde os trovadores e poetas encontram um palco a céu aberto para as suas apresentações, e os agricultores, como foi Patativa do Assaré, têm a oportunidade de demonstrar outras habilidades além do trabalho na lavoura. É neste cenário que se encontram múltiplas expressões identitárias, demonstradas na culinária, nos versos dos cordelistas e violeiros, na xilogravura, nas bandas de pífano, nos trabalhos dos mais diversos artesãos ou na medicina tradicional popular, representada pelas rezadeiras e pelos raizeiros com suas ervas medicinais.

O vaqueiro, personagem popular nordestino, desbravador dos caminhos que cortam o sertão, ainda traz em seu alforje, além do charque e da farinha, a rapadura para adoçar as suas refeições. A rapadura é um alimento valorizado, que guarda em sua composição ricos nutrientes que fornecem a energia para o árduo trabalho da lida do gado. Outros trabalhadores recorrem aos benefícios do consumo da rapadura, como os jangadeiros, em suas longas jornadas de pesca em alto mar, e os militares do Exército brasileiro, que combinam o doce com suas rações em operações de sobrevivência nas selvas ou no sertão.

Gilberto Freyre dedicou parte dos seus estudos à região Nordeste, abordando a culinária nordestina e o forte uso da cana-de-açúcar e de seus derivados em diferentes receitas. Em seu livro *Açúcar*, além da descrição dos ingredientes e das formas de fazer alguns doces, o autor cita que:

⁷ OLIVEIRA. *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*, p. 19.

À rapadura é preciso dar-se lugar a parte no que se considere o conjunto de doces mais ligados à cana-de-açúcar e mais característicos do Nordeste. Porque, em primeiro lugar, não se trata de produto da zona canavieira por excelência da região – a dos engenhos – e sim de outra, sua parenta pobre – a das engenhocas; em segundo lugar não se trata de doce principalmente lúdico porém polivalente: lúdico sim, mas também alimentício, fator medicinal de resistência do homem sertanejo, quando em viagem por terras mais áridas, às asperezas do meio e do clima. Morais Silva, no famoso *Dicionário*, ao definir rapadura como “massa dura de açúcar ainda não purgado, ou de mascavado ainda não coagulado” não parece definir doce, no sentido mais ameno da palavra, e sim simples subproduto prematuro do açúcar. E assim parece ter sido a rapadura nos começos da sua história: começos talvez canarinos, isto é, das Canárias, onde, aliás, tornou-se doce lúdico.⁸

De acordo com uma reportagem do jornal cearense *Diário do Nordeste*, em edição de 1997, a rapadura ainda mantinha um consumo garantido, fosse por conta de incentivos governamentais, fosse devido à diversificação e aos novos ingredientes que foram sendo acrescentados para atender aos consumidores:

Brasília – As cestas básicas de alimentos distribuídas às populações carentes do País passarão a ter um ingrediente energético na próxima semana: a rapadura. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) deverá comprar 262.630 quilos de rapadura no Ceará e Pernambuco, Estados por onde começará a distribuição. Atualmente a Conab distribui 1,5 milhão de cestas básicas/mês.

[...]

Segundo os técnicos há estudos comprovando que a rapadura pode integrar o cardápio de dietas saudáveis e suprir as necessidades nutricionais básicas do ser humano em todas as etapas da vida. Graças ao ferro que contém, a rapadura pode ajudar no combate à anemia e fortalecer ossos e dentes pelo alto teor de cálcio. Além disso, tanto a rapadura como o melaço são considerados alimentos energéticos, com vitaminas e sais minerais, que ajudam a promover o crescimento e aumentar a resistência às infecções. Na Região Nordeste, o produto é usado como alimento básico, misturado à farinha ou para adoçar o café.⁹

A produção de rapadura na região conviveu com mudanças a partir da modernização da malha rodoviária do Nordeste, em meados do século passado, quando se introduziu a região nas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar do estado de Pernambuco. Os elevados custos da produção, uma crescente queda na qualidade da rapadura e a substituição do produto pelo açúcar industrializado modificaram os hábitos alimentares

⁸ FREYRE. *Açúcar*: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil, p. 48-49.

⁹ RAPADURA..., 1997.

dos consumidores de baixa renda, que tinham o produto como parte de sua alimentação básica. Entretanto, a produção nunca deixou de existir e, mesmo durante os períodos de crise enfrentados pela agricultura canavieira, alguns donos de engenho continuaram com a sua produção.

Como propostas de modernização dos engenhos na segunda metade do século XX estavam as mudanças na fornalha, o controle de qualidade, o uso de botas e boinas pelos funcionários dos engenhos, a retirada do hidrosulfito de sódio do processo de fabricação, a substituição do óleo de mamona por óleo de soja, a substituição da cal usada para corrigir a acidez da garapa de cana por produtos vegetais e, ainda, a substituição dos tachos de latão por tachos de aço. Toda essa preocupação visava manter o abastecimento de rapadura para aquele consumidor que ainda considerava imprescindível a presença desse produto em sua dieta. Como observou Gilberto Freyre, “Dieta que entre a gente mais pobre do Nordeste iria a extremos de deficiência, não fosse o consumo, por muitas, de rapadura ou de mel de engenho mais ordinário – o chamado mel de furo – com farinha ou macaxeira”.¹⁰



FIGURA 5 - Comercialização da rapadura nas feiras da região – Município de Santana do Cariri.
Fonte: Fotografia de Olga Paiva, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará, s/d.

¹⁰ FREYRE, *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*, p. 70.

2.2 Práticas tradicionais da produção de rapadura nos engenhos da região

No Cariri cearense, o surgimento dos primeiros engenhos e alambiques que utilizavam como matéria-prima a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente data da segunda metade do século XVIII. De acordo com a pesquisa de inventários feita por Antônio José de Oliveira, a presença destas unidades de produção familiar proporcionou a ocupação e a organização do território com base na cultura canavieira:

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura.¹¹

Oliveira nos diz ainda que:

A circulação da rapadura e de outros produtos nas principais feiras da região proporcionava grande lucratividade. Nesse espaço de livres transações comerciais se estruturou uma realidade cultural galgada no intercâmbio sociocultural entre diversos comportamentos de diversas categorias sociais. Organizada basicamente através da produção da rapadura, firmou-se uma sociedade bastante diferente da sociedade açucareira do litoral.¹²

Um dos maiores engenhos que já esteve em funcionamento na região do Cariri foi o Tupinambá, localizado no município de Barbalha. Este exemplar diferenciou-se de outros engenhos da região pela peculiaridade arquitetônica evidenciada em um edifício que conjugava casa grande e engenho, um caso raro que demonstra a proximidade com que conviviam os trabalhadores das fornalhas e o senhorio. A grandiosidade do Tupinambá é representada pela trajetória de um engenho que iniciou suas atividades em meados do século XIX e as encerrou no início da década de 80 do século passado. As suas ruínas fazem referência ao período áureo da economia canavieira da região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura.

¹¹ OLIVEIRA. *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*, p. 26.

¹² OLIVEIRA. *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*, p. 16.



FIGURA 6 - O engenho Tupinambá.

Fonte: Autoria desconhecida, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará, s/d.

Os resquícios da cultura canavieira podem ser vistos como fonte histórica tanto para a análise das diferentes espécies de máquinas utilizadas nos processos de moenda da cana-de-açúcar, quanto para os diferentes exemplares de uma arquitetura que assume características particulares ao longo do território nacional. Em sua obra intitulada *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, Germain Bazin assim apontava, no início da década de 80 do século XX, a complexidade que envolvia os saberes e fazeres e as matérias-primas disponíveis para as edificações erguidas no século XVIII:

Ainda hoje, o Brasil é um verdadeiro museu da construção através dos tempos, e não é raro encontrarem-se perto de um arranha-céu, de cimento armado, humildes casebres feitos com folhas de palmeiras. Durante o período colonial, as formas de construir importadas de Portugal vieram mesclar-se aos métodos indígenas, surgindo daí uma grande variedade de edificações. Há um fator preponderante em todas as construções brasileiras: a escassez de pedras adequadas. Mal distribuídas ao longo de todo o imenso território brasileiro, estão completamente ausentes em algumas regiões, o

que obrigava os arquitetos a recorrerem a materiais pouco resistentes, como a madeira, o barro ou a argila, disponíveis no local.¹³

Séculos mais tarde, os homens responsáveis pela restauração e reforma dos diferentes exemplares construtivos brasileiros tiveram que criar novas combinações de técnicas para conseguir alcançar um resultado satisfatório em suas intervenções. O problema se concentrava principalmente em ter que abrir mão de alguns avanços tecnológicos disponíveis pela busca de uma reprodução fiel das construções originais. O *saber fazer* dos profissionais envolvidos nessas tarefas é adquirido no dia-a-dia, quando o aprendizado das técnicas tradicionais acontece no campo de trabalho, durante a busca pelos materiais e instrumentos adequados a serem utilizados nas restaurações.

O Sítio Fundão, onde se localizam resquícios materiais de outro grande engenho, está localizado no sopé da Serra do Araripe, mais precisamente no município do Crato. Além da presença do Rio Batateiras, é possível encontrarmos resquícios da Mata Atlântica e uma rica biodiversidade. Esses elementos compõem um conjunto que deve ser considerado tanto pelo seu valor paisagístico e natural quanto pela sua relevância histórica.

Podemos citar alguns elementos que compõem este sítio e que nos auxiliam em uma busca pela compreensão dos momentos históricos em que a sociedade do Crato esteve inserida, a partir de resquícios que podem demonstrar períodos de auge ou decadência econômica. As ruínas do antigo engenho de rapadura do Sítio Fundão ainda podem ser verificadas na propriedade. Segundo relatos orais feitos em 2009 pela senhora Angelita Alencar, filha do antigo proprietário, o engenho data da época do seu avô e a sua última moenda teria acontecido por volta do ano de 1948. Os resquícios materiais podem nos remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais que se desenvolviam no cotidiano do sítio, como as relações de poder e as influências políticas locais.

Ainda através do depoimento da senhora Angelita Leão de Alencar é possível ter uma noção das práticas vivenciadas no âmbito do engenho da família e as alternativas que surgiram ao plantio da cana-de-açúcar:

É secular ele. O engenho moeu até 1948. As coisas foram ficando mais difíceis, sempre tinha que pegar bois emprestados para fazer a moagem e ele foi plantando mais foi bananeiras, coqueiros. Já havia um compromisso entre primos, quer dizer que um primo de papai que era fazendeiro e comerciante,

¹³ BAZIN. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, p. 54.

que era padrinho Zé Horácio, ele cedia por um determinado tempo aquelas juntas de boi para vir e fazer o trabalho da moagem naquele período. Depois que terminava, então eram devolvidos os bois.¹⁴



FIGURA 7 - Moenda do antigo engenho do Sítio Fundão, Crato, CE.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.

O engenho do Sítio Fundão remete aos primeiros exemplares instalados na região da Chapada do Araripe, ainda em meados do século XVIII, movidos à tração animal e com estrutura em madeira. O comércio das cargas de rapadura foi o principal expoente da economia da região e a arquitetura imponente dos casarões localizados em municípios como Crato, Barbalha, Missão Velha e outros do Cariri cearense é reflexo do período áureo dos canaviais.

¹⁴ Entrevista realizada no município de Crato, CE, em 24 de janeiro de 2009.



FIGURA 8 - Ruínas do engenho do Sítio Fundão, Crato, CE.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.

A arquitetura vernacular dos engenhos pode ser considerada uma expressão cultural pelo seu valor artístico e histórico, impregnada de significados sociais representados por suas diferentes técnicas construtivas. O desafio, nestes casos, é considerar como fontes as ruínas de edificações, os diversos materiais utilizados em suas construções, os diferentes processos de fabricação e o seu aparato material, sem esquecer que máquinas modernas conviveram com equipamentos rústicos e que a análise isolada destes vestígios não é suficiente para que se possa estabelecer uma cronologia da técnica e dos seus mecanismos.

O caso dos engenhos de Barbalha que se encontram em funcionamento nos fornece um bom motivo para um questionamento acerca das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural, ao demonstrar as características de inovação e recriação de um **saber/fazer** transmitido na região desde o século XVIII e o interesse, por parte dos indivíduos nele envolvidos, pela busca de uma continuidade da produção. Manuela Carneiro da Cunha, em artigo introdutório para a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, apresenta elementos para a compreensão do que vem a ser patrimônio imaterial:

Que patrimônio imaterial se compõe de processos tanto, e provavelmente mais, do que de produtos;
 Que ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico;
 Que suas condições de reprodução dependem, entre outras coisas, de acesso a território e a recursos naturais.¹⁵

Essa definição é importante para que possamos entender que a cultura dos engenhos de hoje tem relação com os primeiros engenhos que foram instalados e que as mudanças de ordem tecnológica ao longo dos anos demonstram um processo que envolve a preservação da técnica e, conseqüentemente, do seu produto final.

Em uma matéria do *Diário do Nordeste*, publicada em 1999, a produção dos engenhos é descrita como alternativa para a economia e como redenção de algumas regiões do Ceará. Diz o jornal:

Rica em ferro, magnésio, cálcio e vitaminas, a rapadura surge como uma das grandes alternativas nutritivas para o cardápio das crianças nordestinas. Entretanto, são poucos os municípios cearenses que adotam o produto como um complemento na merenda escolar.

[...]

Conforme Ismarcelio Timbó, laboratórios da Europa, como o Instituto Amboisse da França, estudaram o valor nutricional da rapadura. Ficou comprovado que entre o açúcares [sic] refinado, o mascavo e a rapadura, a última é mais rica em vitaminas e quanto mais escura, mais nutritiva.

[...]

A rapadura, do ponto de vista econômico, é uma das alternativas para resgatar a economia da região. O produto já teve seus momentos de glória, porém, com os incentivos ao Pro-álcool [sic], os engenhos foram esquecidos. Os que mantiveram a atividade foi apenas para não quebrar a tradição.¹⁶

Na busca pela identificação dos saberes e fazeres envolvidos no processo de fabricação da rapadura, compreendeu-se que se faz necessário dar maior importância às relações que sustentam a produção, pois “os processos devem interessar mais que os objetos, porque é através deles que seremos capazes de apreender a realidade”.¹⁷ Diante dessa rede de relações e significados que constituem as práticas nos engenhos, pode-se considerar como referência as observações de Maria Dina Nogueira Pinto ao analisar a mandioca nos sistemas culinários.¹⁸ Traçando uma comparação entre a produção da farinha e da rapadura,

¹⁵ CUNHA. Introdução, p. 15.

¹⁶ RAPADURA..., 1999.

¹⁷ CHUVA. A história como instrumento na identificação dos bens culturais, p. 49.

¹⁸ PINTO. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários.

compreende-se que “um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados que caracterizam o modo de vida das comunidades produtoras”.¹⁹ Tanto na casa de farinha quanto no engenho é possível perceber um rico processo, cuja importância deve ser considerada, desde o cultivo da matéria-prima até a fabricação do alimento, em um ambiente impregnado de significado histórico.

2.3 A década de 1970: a crise energética mundial e o PROÁLCOOL

A modernização da malha rodoviária do Nordeste em meados do século XX introduziu o Cariri cearense nas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar da Zona da Mata pernambucana. A partir deste período, o açúcar industrializado passou a oferecer grande concorrência à rapadura, gerando uma crise na economia canavieira da região. Segundo Maria Socorro Brito, em estudo sobre as mudanças na organização do Cariri canavieiro cearense, constatou-se que:

Esta crise foi alvo de preocupações, a ponto do Governo do Ceará instituir, pelo decreto de 10 de dezembro de 1965, o Grupo de Estudos do Problema da Rapadura no Cariri, o qual, após realizar pesquisa na área, reconheceu a existência de uma depressão econômica e de uma crise. A depressão se originava do elevado custo da produção, na má qualidade de uma parte da rapadura, na substituição deste produto pelo açúcar e no aumento da oferta da rapadura em outras regiões. A crise fazia-se caracterizar pelo baixo preço do produto, que não acompanhava os custos de produção.²⁰

A agroindústria cearense vislumbrou, em meados da década de 1970, possibilidades de crescimento, no contexto mundial de crise energética que se desenvolveu desde o final do ano de 1973. A oportunidade se deu pelo fato de o Brasil, no ano de 1975, ter implementado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), viabilizando projetos que apresentassem alternativas energéticas ao uso do petróleo. A principal razão do novo programa, estabelecido pelo Decreto nº. 76.593, era “salvar” a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já estava trabalhando com capacidade ociosa.²¹ Maria do Socorro Brito afirma que, durante este período, uma série de facilidades foi

¹⁹ PINTO. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários, p. 283.

²⁰ BRITO. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*, p. 21.

²¹ ANDRADE. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*, p. 236.

criada em decorrência do novo programa energético nacional, como investimentos financeiros a juros subsidiados e que,

Valendo-se do aparato institucional permitido pelo PROÁLCOOL, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu, em 1975, junto à Comissão Nacional do Álcool, através do IAA, aprovação para instalar na área programa “microrregião homogênea do Cariri”, uma usina de açúcar com destilaria anexa – Usina Manuel Costa Filho (Companhia Açucareira Vale do Salamanca – AÇUSA).²²

No entanto, enquanto a implantação da usina significava a “redenção” e o fortalecimento da riqueza para alguns, também representava constrangimento para outros, menos favorecidos.²³ Para ilustrar a grandiosidade da obra em questão, trazemos a descrição das autoridades presentes no momento da inauguração da AÇUSA, expressa no caderno Economia, Empresas e Empresários do *Anuário do Ceará* de junho de 1976:

Presentes o General Alvaro Tavares Carmos, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, Governadores do Ceará e de Pernambuco, respectivamente Aauto Bezerra e Moura Cavalcante, Superintendente da SUDENE, José Lins Albuquerque, Diretor do Banco do Brasil para o Norte e Nordeste, Aristhófanes Pereira, ex-Ministro Costa e Silva e outras altas autoridades e destacadas personalidades, é inaugurada a “Usina Manoel Costa Filho”, da Companhia Açucareira Vale do Salamanca S.A. – Açusa, implantada em Barbalha no tempo recorde de cinco meses, considerado um dos marco (sic) da redenção do Cariri. Vasto programa de festividades assinalou a inauguração. Empreendimentos de Engenharia Civil Ltda. Especializada em construção civil, cálculos e projetos, com sede em Juazeiro do Norte e filiais em Recife, Brasília e Fortaleza foi a construtora das instalações da AÇUSA.²⁴

O PROÁLCOOL foi abrangente na medida em que forçou a pesquisa e o desenvolvimento em domínios como a indústria pesada e os setores químico, agrícola e automobilístico. O panorama da economia brasileira, no período compreendido entre os anos 1974 e 1986, apresenta a influência direta de duas crises do petróleo. Com o primeiro “choque do petróleo”, a importação de combustíveis e lubrificantes passou de 769 milhões de dólares, em 1973, para 2.962 milhões de dólares em 1974. Com o segundo “choque”, em 1979-1980, o

²² BRITO. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*, p. 17.

²³ SÁ. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense: um estudo de caso*, p. 79-80.

²⁴ SAMPAIO. *Anuário do Ceará*, p. 275.

valor dessas importações subiu para 10.200 milhões de dólares. A dívida externa líquida subiu também rapidamente, chegando a 46.935 milhões de dólares em 1980.²⁵

Com relação ao PROÁLCOOL, Raul Edson de Almeida Barreto remete as origens do programa ao início do século XX, e assim demonstra o início da intervenção do Estado brasileiro na mistura do álcool à gasolina:

De fato, as origens do PROÁLCOOL remontam, talvez, ao ano de 1919, quando o governo de Pernambuco resolve tornar obrigatória a mistura do álcool à gasolina nos veículos a serviço do Estado; ou, sem dar margem à dúvida, a 1923, com os primeiros ensaios da antiga Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, do Ministério da Agricultura, visando à utilização, no país, do álcool-motor; ou, ainda, a 1927, ano em que a Usina Serra Grande, no Estado de Alagoas, lança, no mercado nordestino, o álcool-motor de nome USGA.²⁶

Em 1973, o Brasil importava 606 milhões de dólares de petróleo, o que correspondia a 9,78% do valor de suas exportações. Em 1974, para um volume igual de aquisições, despendeu 2,56 bilhões de dólares ou 32,2% do valor das exportações. O saldo da balança comercial passou, entre esses dois anos, de 7 milhões de dólares positivos para 4,7 bilhões negativos.

A participação da gasolina no mercado de combustível, em comparação com a álcool, declinou de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986. O álcool, nesse período, passou de 1,1% para 55,5%. Tal aumento se deveu tanto ao uso do álcool puro (hidratado) quanto à elevação de sua mistura (álcool anidro) com gasolina, que passou de 1,1%, em 1975, para 22,2%, em 1986.²⁷

A grande demanda energética forçou as barreiras tecnológicas em busca da substituição aos combustíveis de matriz fóssil não renovável. Raul Edson de Almeida Barreto descreve os fatores que levaram à crise na primeira metade da década de 1970 ao afirmar que:

O estilo do desenvolvimento que se implanta no pós-guerra se, de um lado, repousa sobretudo na tecnologia “capital-intensiva”, do outro, depende, fundamentalmente, do petróleo. Do petróleo fácil, farto e barato. Acontece, todavia, que o agravamento das tensões no Oriente Médio culmina com o seu uso como arma política (o embargo decretado pela OPEP em 1973), e ele não se mostra mais fácil. Nem, muito menos, tão farto.

²⁵ MAGALHÃES; KUPERMAN; MACHADO. *PROÁLCOOL*: uma avaliação global, p. 14.

²⁶ BARRETO. *A crise do petróleo*: o Proálcool e o BNB, p. 9.

²⁷ MAGALHÃES; KUPERMAN; MACHADO. *PROÁLCOOL*: uma avaliação global, p. 22.

Entre 1950 e 1975, por exemplo, o consumo de energia no mundo multiplica-se por três; a participação dos hidrocarbonetos evolui de pouco mais de um terço para quase dois terços desse total. Por conta disso, já no início dos anos setenta, a taxa de crescimento do consumo de petróleo supera a das reservas, prevendo-se, a partir daí, gargalos no abastecimento futuro, com a tendência ao esgotamento das jazidas.

Por fim, o petróleo deixa de ser barato. Depois de 22 anos sem alteração, o seu preço quadruplica em 1973.²⁸



FIGURA 9 - Pátio da Usina Manoel Costa Filho, Barbalha, CE.

Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, em 2006.

Para compreendermos o cenário político, econômico e social do início do nosso recorte temporal (1976), contamos com o discurso proferido pelo governador do Ceará, Aduino Bezerra, no dia 14 de junho de 1976, no município de Barbalha, no momento da inauguração da Usina Manoel Costa Filho. Em sua fala oficial, o governador evoca a política modernizadora da instalação da usina e convoca os produtores de cana-de-açúcar a

²⁸ BARRETO. *A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB*, p. 15-16.

abandonarem o “atraso” da produção de rapadura e a acreditar no potencial de crescimento econômico que ocorreria ao se tornarem fornecedores de matéria-prima.

Consideramos o referido discurso, que pode ser encontrado no periódico *Tribuna do Ceará*, de 15 de junho de 1976, uma fonte para estabelecermos um diálogo entre a intenção do Estado, na época, e a posterior posição dos proprietários de engenhos de rapadura na manutenção dos seus negócios, ou seja, as relações de poder decorrentes. No discurso, o governador assim descreve a situação da economia canavieira da região na época:

Grande é a alegria que hoje reina em Barbalha e em toda a região do Cariri, é que neste momento concretiza-se um sonho de muitas décadas. O sonho era a criação de uma usina de açúcar, para que produzisse mais riquezas e assegurasse o bem-estar de milhares de famílias caririenses. Desde o princípio a cana de açúcar foi um dos pilares da economia caririense, a seiva de que a região se alimentou na fase crítica de seu crescimento. É certo, entretanto, que a economia canavieira, com o passar do tempo, tornou-se obsoleta. A rapadura e o aguardente deixaram de ser fonte de riqueza, constituindo-se em causa de empobrecimento dos produtores, cuja situação se tornará insustentável. Não havia outro caminho a seguir senão o de implantar, no mais curto prazo, a indústria açucareira.²⁹

O governador Aduino Bezerra deixou claro que a cultura canavieira, com seus engenhos de rapadura e seus alambiques, foi a principal fonte econômica da região, ou em suas palavras, “fonte de riqueza”. A sua preocupação com o quadro social e econômico da época é demonstrada quando se refere à economia canavieira como “obsoleta” e coloca os produtores diante de uma situação que se apresentava no horizonte como “insustentável”.

Como solução para este impasse, que se deparava de um lado com a inegável fertilidade das terras do Cariri e, de outro, com a ineficiência dos donos de engenhos em aumentar a lucratividade de sua produção, o governo apresentou a opção que vinha sendo adotada em outros canaviais do nordeste e do restante do país: a modernização do campo com a implantação da agroindústria açucareira. Para a instalação do empreendimento, o governo estadual da época não mediu esforços, e as previsões apontavam como resultados de curto prazo a criação de novos empregos, a modernização da rede elétrica e a criação de estradas para o escoamento da produção da nova fábrica.

²⁹ BEZERRA. Discurso, 1976, p. 1.

O senhor governador anunciou ainda em seu discurso uma estimava da produção, no primeiro ano de funcionamento da usina, de 300 mil sacos de açúcar e, já para o ano seguinte, uma produção que atingisse o dobro dessa estimativa. Para o alcance dessa projeção, o empreendimento contaria com a criação de aproximadamente 2.500 empregos e com a adoção de novas práticas de adubação, em busca de maior produtividade, além de contar com a construção de estradas vicinais para a o transporte da cana e uma nova infraestrutura de eletrificação.

O referido discurso é importante para que se entenda a existência, na época, de certa urgência em se implantar uma nova política energética, a qual foi rapidamente associada a uma imagem modernizadora. Contudo, o sucesso da instalação da Usina Manoel Costa Filho na região do Cariri estava diretamente relacionado ao “apoio constante dos produtores de cana de Barbalha, Missão Velha e outros municípios do Vale”. Em outras palavras, o governador deixava claro que as práticas que deveriam ser adotadas, a partir daquele momento, estariam voltadas para uma mudança na lógica da economia local.

Muito incentivos fiscais foram oferecidos pelo Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, visando o sucesso do novo programa energético, dentre estes constando inclusive o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool. Segundo Raul Barreto, o empresariado contava praticamente com todas as garantias necessárias, ou seja, desde créditos até o compromisso do próprio governo em comprar a produção. Como nos diz Raul Barreto:

Entre os vários estímulos, postos à disposição da iniciativa privada pelo governo, um dos mais importantes, sem dúvida, é o crédito subsidiado.

Além de encargos financeiros (juros mais correção monetária) bem abaixo da taxa inflacionária, o empresário que adere ao PROÁLCOOL tem reduzida participação relativa no financiamento e prazo longo para pagamento do empréstimo.

Os itens financiáveis cobrem os setores agrícola e industrial. No primeiro, contemplam fundação e renovação de lavouras, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e obras civis. No segundo (setor industrial), o objeto de financiamento é o complexo que forma a destilaria.

Outro importante estímulo de que se vale o Programa: o governo garante a aquisição do álcool produzido, desde que sejam atendidos as especificações e os volumes autorizados; demais, a política de preços obedecerá tanto quanto possível às condições que vigoram numa economia de mercado; em outras palavras, os preços nunca deixarão de remunerar adequadamente o investimento do empresário.³⁰

³⁰ BARRETO. *A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB*, p. 42.

O governador Aduino Bezerra sabia que, para a execução do projeto, era imprescindível a participação do Estado no planejamento. Mas sabia também que, sem o apoio dos produtores para garantir o fornecimento de matéria-prima para a indústria que estava à caminho, dificilmente os planos de substituir a gasolina pelo álcool iriam lograr sucesso. Finalizando o seu discurso de inauguração da Usina Manoel Costa Filho, o governador deixa clara essa expectativa de participação dos produtores:

Decisivo para o êxito da AÇUSA e da Usina Manoel Costa Filho será o apoio constante dos produtores de cana de Barbalha, Missão Velha e outros municípios do Vale.

Estou certo, entretanto, de que este apoio nunca faltará.

Conheço muito bem meu povo, sei que ele tem espírito prático e visão progressista.

Nunca deixou nem deixará escapar oportunidades de dar passos à frente a despeito do entranhado amor às suas ricas tradições.³¹

Para os donos de engenhos, a nova realidade que se configurava apresentava apenas duas alternativas: ou cediam aos apelos da nova indústria, que se instalava ávida por matéria-prima, ou permaneciam com a sua moenda de cana e a produção de rapadura. A crise econômica na região já se prolongava, e em 1976 as decisões políticas apontaram para mudanças no campo, com a instalação de uma destilaria alcooleira anexa à usina, proporcionando o ingresso no cenário nacional de produção de álcool anidro.

³¹ BEZERRA. Discurso, 1976, p. 2.

3 OS PRODUTORES DE RAPADURA: DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

3.1 Inovação tecnológica no campo: o modelo agroindustrial da Usina e suas relações com a pequena unidade produtora dos engenhos

Durante o período ditatorial vivenciado no Brasil (1964-1985), o discurso do progresso e da modernização dominou o panorama nacional. Na região em análise, a política desenvolvimentista prometia, com a chegada da Usina, a solução para os problemas financeiros enfrentados pelos pequenos produtores rurais do Cariri.

Nesse cenário, logo após os primeiros anos de funcionamento da Usina Manoel Costa Filho, em Barbalha, uma realidade diferente se apresentou para os proprietários de engenhos. Eles decidiram, então, direcionar a produção de suas lavouras de cana para atender à demanda industrial, que passou a adotar práticas nocivas na relação com os seus fornecedores. No dizer de Maria do Socorro Brito:

O descontentamento dos fornecedores para com a Usina é detectado no próprio ato de pesagem da cana, quando os fornecedores, impedidos de vê-lo, passam a desconfiar da Usina, sentindo-se, inclusive, lesados. [...] Verifica-se, ainda, insatisfação dos fornecedores com relação à pesagem da cana, a qual não se faz de imediato. A cana permanece no caminhão por mais de uma semana, o que contribui para reduzir o seu peso, revertendo em prejuízo para o fornecedor.¹

Essa foi uma realidade enfrentada não apenas pelos proprietários de engenhos de rapadura na região do Cariri cearense. As semelhanças destes com os engenhos da Zona da Mata e de outros brejos não se limitaram às condições climáticas e geográficas. Este mesmo processo foi vivenciado em outras áreas além do Nordeste brasileiro, tendo sido inerente ao avanço tecnológico que alcançou todas as lavouras de cana-de-açúcar do país e, em alguns casos, essas mudanças ocorreram bem mais cedo. Para Sílvio Rabelo:

A situação dos engenhos da Zona da Mata sofreu mudanças substanciais à medida que foram aparecendo os engenhos centrais e posteriormente as usinas de açúcar. À medida que a atividade industrial passou a garantir-se melhor absorvendo a atividade agrícola e as terras em que os antigos senhores de engenho plantavam a cana-de-açúcar. Em alguns casos os senhores de engenho não suportando mais o regime de opressão, que tanto se

¹ BRITO. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*, p. 64.

manifestava na falta de pagamento das canas como na queda de peso das balanças e sobretudo nas oscilações do preço imposto pelo usineiro, o melhor que tinham a fazer era render-se, entregar o engenho de porteira fechada por qualquer bagatela e cuidar de outra profissão. Em outros casos os antigos proprietários transformavam-se em simples fornecedores de cana ou administradores das terras em que foram senhores de “baraço e cutelo”; quando não, em simples lavradores, com obrigações semelhantes às de qualquer servidor de usina. Esta é história conhecida.²

No período de funcionamento da Usina Manoel Costa Filho, muitos produtores de rapadura optaram por fechar os seus engenhos e passaram a fornecer a cana-de-açúcar diante de algumas imposições da indústria, que optou por desmobilizar a produção artesanal transformando esses produtores em fornecedores de matéria-prima para a sua produção de açúcar e álcool. Com isso, a Usina adquiria os equipamentos tradicionais e os guardava como sucata. É isso o que nos relembra o senhor Francisco de Assis Sampaio, proprietário do engenho Padre Miranda, em Barbalha. O senhor Francisco é um dos produtores de rapadura mais antigos da região e nos diz:

Rapaz, era assim: se eu fabricava rapadura e fosse vender cana para o usineiro, ele só comparava a minha cana se eu vendesse primeiro o engenho. Eles compravam o engenho, “arrancava” e levava e botava lá na sucata deles. A usina arrancava e botava lá no pátio da usina lá. Quando eles fecharam a usina tinha um monte de engenho lá abandonado.³

As medidas adotadas pela usina demonstram a preocupação em monopolizar o mercado de matéria-prima, certificando-se de que seria a única compradora de cana-de-açúcar da região e que a destinação da mesma seria exclusivamente a sua produção. Para o senhor Francisco de Assis Sampaio, a intenção de destruir o maquinário do engenho era clara: “Pra gente não moer. Porque na hora que a rapadura subia [o preço] a gente queria moer. O meu pai nunca vendeu [o engenho] por isso, porque ele [o usineiro] só comprava a cana se comprasse o engenho primeiro”.⁴

Os proprietários que decidiram permanecer com os seus engenhos mantiveram a tradição no município de Barbalha e o resultado é a continuação da fabricação de rapadura no sul do estado do Ceará. Dados relativos ao ano de 1998, obtidos em pesquisa do Banco do Nordeste e verificados na TAB.4 que se segue, demonstram que o mercado consumidor extrapolava os limites do Estado do Ceará, alcançando os Estados da Bahia, Rio Grande do

² RABELO. *Cana de açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*, p. 16.

³ Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, em 27 de janeiro de 2009.

⁴ Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, em 27 de janeiro de 2009.

Norte, Paraíba e Pernambuco. O senhor João Sampaio, do engenho Santa Terezinha, é um dos produtores que sobrevivem da comercialização das cargas de rapadura e comenta a rentabilidade do negócio, ressaltando a diversidade de compradores do seu produto:

Esses engenhos todos aqui permaneceram durante a usina. Essa região da gente aqui tudim. É tudo uma família só aqui. É mais uma tradição de pai pra filho, né? A rapadura ainda vende bem, mas a margem de lucro é muito pouco. A vendagem é boa, mas a margem de lucro é muito baixa. A região que compra rapadura aqui é mais a região de Iguatu pra frente. Iguatu, Acopiara, Mombaça, Tauá, aqui no Ceará. Agora Paraíba consome muita rapadura. Paraíba, uma parte de Pernambuco e Rio Grande do Norte muito pouco. A que mais consome é a Paraíba.⁵

TABELA 4
Mesorregião do sul cearense: mercado consumidor da rapadura caririense, 1998

ESTADOS	Nº DE DISTRIBUIDORES	QUANTIDADE COMPRADA NO CARIRI (KG)	PREÇO MÉDIO (R\$/KG)
Pernambuco	8	2.484.000	0,37
Ceará	6	799.000	0,42
Paraíba	3	510.000	0,40
Rio Grande do norte	2	204.000	0,42
Bahia	1	150.000	0,41
Total	20	4.147.000	-

Fonte: MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p. 52.

Apesar do contexto de expansão da agroindústria e a despeito dessas transformações, há que se considerar o saber fazer dos produtores de rapadura, o qual caracteriza a sua potencialidade como referência cultural, por sua capacidade de recriação ao manter o engenho em atividade, demonstrando, assim, o aspecto dinâmico da historicidade desse tipo específico de produção artesanal.

Delma Pessanha Neves, em seu livro *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, assim descreve as relações entre os usineiros e os produtores de cana:

Enquanto os usineiros passaram a receber créditos especiais para a ampliação, fusão e modernização das unidades industriais, ao agricultor eles eram negados pela insegurança do retorno do capital. O fornecedor de cana

⁵ Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, no dia 27 de janeiro de 2009.

se subordinava ao industrial quanto ao preço da cana – sempre baixo e indiferente à qualidade do produto agrícola – e em relação à quantidade do produto a ser comercializado. A acumulação do usineiro se fazia não só a nível da produção industrial e agrícola como também pela retenção dos benefícios da exportação, que pertenciam ao capital investido na usina.⁶

As TAB. 5 e 6 que apresentamos a seguir demonstram que, embora Barbalha tenha se mantido como o maior produtor de cana-de-açúcar durante a segunda metade da década de 1990, isso não significou grande crescimento para o município, ou seja, a lógica de fornecimento da matéria-prima para a usina já demonstrava sinais de decadência e pouca lucratividade para os produtores, refletidos em um baixo rendimento na comparação toneladas por hectare plantado. De acordo com o que foi citado acima por Delma Pessanha Neves, como o preço oferecido pela usina ao produtor era sempre baixo, pouco importando se a qualidade da sua cana era boa ou ruim, isso pode ter causado uma diminuição da preocupação do produtor em seguir com investimentos para a melhoria da sua safra, mesmo por que os créditos e subsídios necessários para tanto nunca eram suficientes em comparação ao que era oferecido pelo governo à usina.

TABELA 5
Mesorregião do sul cearense: área plantada com cana-de-açúcar por município (ha), 1994- 1998

MUNICÍPIOS	ANOS				
	1994	1995	1996	1997*	1998*
Barbalha	3.000	3.000	3.000	3.000	3.500
Missão Velha	3.300	3.300	3.300	3.300	2.800
Crato	1.000	1.000	704	1.000	1.000
Milagres	400	400	100	400	400
Jardim	538	538	450	450	350
Barro	718	718	100	300	300
Porteira	312	318	80	200	200
Mauriti	180	180	30	180	180
Santana do Cariri	170	170	60	170	170
Aurora	137	120	100	167	167
Brejo Santo	350	350	100	100	100
Juazeiro do Norte	-	300	100	300	87
Abaiara	275	150	150	150	80
Caririaçu	50	50	70	70	70
Farias Brito	40	40	12	40	40
Penaforte	30	30	30	30	30

⁶ NEVES. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, p. 56.

(Continuação)

Nova Olinda	20	20	-	20	20
Jati	18	18	18	18	18
Granjeiro	5	8	20	15	15
Altaneira	10	10	8	10	10
Potengi	-	-	-	-	-
TOTAL	10.553	10.720	8.432	9.920	9.537

Fonte: MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p. 29.

*1997/1998 – Dados preliminares não consolidados

TABELA 6
Mesorregião do sul cearense: municípios pesquisados – produção versus rendimento, 1998

MAIORES PRODUTORES		MAIORES RENDIMENTOS (TON./HA)	
MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (KG)	MUNICÍPIOS	RENDIMENTO
Barbalha	147.000	Abaiara	77,5
Missão Velha	126.000	Santana do Cariri	60,0
Crato	46.000	Brejo Santo	52,0
Jardim	18.000	Juazeiro do Norte	52,0
Milagres	16.800	Jardim	51,4
Barro	15.000	Jati	50,0
Santana do Cariri	10.200	Barro	50,0
Mauriti	9.000	Mauriti	50,0
Porteiras	8.000	Crato	46,0
Abaiara	6.200	Farias Brito/ Altaneira/ Missão Velha/ Nova Olinda	45,0

Fonte: MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p. 31.

Em entrevista realizada no Engenho Dois Irmãos, em Barbalha, o senhor João Leite faz referência ao período de convívio com a Usina e comenta que a produção do seu engenho só não atendia à demanda da fábrica por conta de sua baixa produtividade de cana, e que hoje o engenho ainda se mantém ativo, porém com uma lavoura reduzida, limitando-se apenas a dois ou três dias de moagem durante a semana. A quantidade de engenhos citada pelo entrevistado pode ser comprovada na TAB. 7 que apresentamos a seguir, resultante de uma pesquisa do Banco do Nordeste realizada no ano de 1998 a respeito da distribuição dos produtores de cana de acordo com o tamanho de suas produções. Nesse caso, os números revelam que no município de Barbalha a quantidade de engenhos de rapadura é a mesma de produtores de cana-de-açúcar, ou seja, quem produz cana a destina para os seus engenhos. A

tabela demonstra ainda que a maioria dos donos de engenho no município é classificada como pequenos produtores, com safras menores que 300 toneladas de cana.

No período da entrevista, ao final de janeiro de 2009, o senhor João Leite comentou que, especificamente no mês de fevereiro, toda a sua produção se restringe ao mercado consumidor de Juazeiro do Norte, intensificado nessa época em virtude da população flutuante reunida durante as romarias e da proximidade com o período cristão da Semana Santa. O período da moagem da cana para a produção de rapadura é de julho a outubro; após esse período, os donos de engenho reduzem a moagem e a produção é limitada e direcionada para as batidas, doces que se diferem da rapadura por conta de sua consistência mais macia.

TABELA 7
Mesorregião do sul cearense: municípios pesquisados – distribuição dos produtores, por tamanho

MUNICÍPIOS	TOTAL DE PRODUTORES	PRODUTORES POR TAMANHO *		
		PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Missão Velha	37	28	7	2
Crato	13	9	2	2
Milagres	12	9	2	1
Barbalha	11	7	2	2
Abaiara	8	4	2	2
Santana do Cariri	6	3	3	-
Jardim	5	3	1	1
Altaneira	3	3	-	-
Mauriti	3	3	-	-
Juazeiro do Norte	2	1	-	1
Brejo Santo	2	1	1	-
Barro	2	1	1	-
Potengi	1	1	-	-
TOTAL	105	73	21	11

Fonte: MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p. 26.

* Definição de tamanho: produção na safra de 1998

- Pequeno \leq 300 ton.

- Médio > 300 ton.

- Grande \leq 1.000 ton.

3.2 As novas relações de trabalho e o ofício do Mestre de Rapadura

Para buscarmos uma compreensão das causas que levaram à persistência de alguns engenhos em suas produções, é necessário um estudo desse período de convivência

entre os engenhos e a usina, assim como das mudanças que ocorreram no espaço e nas relações sociais, tais como o endividamento de produtores de cana e proprietários de engenhos, a concentração de terras e a ditadura dos preços adotados pela usina, além da extinção de certas categorias de trabalho existentes no âmbito da produção da rapadura, no momento em que os engenhos passam a ser denominados como “fogo-morto”.

A usina, como indústria, tende a buscar a sua autonomia em relação à obtenção de matéria-prima para o seu funcionamento. Neste sentido, a intenção de toda usina é a obtenção e manutenção de seus próprios canaviais. Não importa aonde venham a ser instaladas: as grandes fábricas necessitam da matéria que é, ao mesmo tempo, combustível e parte do produto resultante dos processos mecânicos e químicos que acontecem em seu interior. A TAB. 8 a seguir demonstra o destino da cana produzida na região do Cariri no ano de 1998, e comprova a hegemonia da usina como grande consumidora.

TABELA 8
Mesorregião do sul cearense: municípios pesquisados – destino da cana produzida

COMPRADORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS VENDAS DOS PRODUTORES %
USINA M. C. F.	80,4
ENGENHOS DE RAPADURA	7,7
DESTILARIAS DE CACHAÇA	5,7
OUTROS	6,2

Fonte: MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p. 36.

A tendência dos grandes engenhos, que possuíam grandes somas de hectares, era de se transformar em usina e adequar-se à concorrência. Outra possibilidade, como foi o caso da Usina Manoel Costa Filho, era a compra gradativa de lavouras de cana-de-açúcar de produtores menores, de engenhos de rapadura vizinhos, que optavam inicialmente por vender as suas plantações de cana, mas que, posteriormente, acabavam por vender também as suas propriedades. Segundo Maria do Socorro Brito:

Essa estrutura tende a tornar-se mais concentrada, pois, quando se analisa o movimento de aquisição de terras realizado pelo grupo usineiro, percebe-se que o mesmo se fez via absorção dos pequenos estabelecimentos. Assim, a presença da Usina desencadeia um processo mais acelerado de concentração

da terra acarretando consequências sérias para o produtor, que perde a sua condição de pequeno proprietário e transforma-se em assalariado.⁷

Filadelfo Tavares de Sá, ao analisar a situação dos engenhos que passaram da qualidade de unidades produtoras de rapadura para a de fornecedores de matéria-prima para a usina, assim descreve as novas relações de trabalho estabelecidas e apresenta algumas categorias próprias da lógica do funcionamento de um engenho que viriam a se tornar desnecessárias:

A situação era criada porque o proprietário ao desativar o engenho reduzia as suas necessidades de trabalhadores, uma vez que só precisava de fazer a colheita e o transporte da matéria-prima para a usina. A quantidade de pessoas necessárias à execução dessas tarefas ficava muito reduzida, se comparada com o número de trabalhadores exigidos para movimentação do engenho, onde se destacava a mão-de-obra qualificada do mestre de rapadura, do mestre do ponto de mel, do caldeireiro, do mexedor de rapadura, do caxeador de rapadura, do maquinista, dos metedores de cana, do carregador de bagaço, dos espalhadores de bagaço e do metedor de fogo na fornalha.⁸

Nos engenhos pesquisados em Barbalha ainda é possível, no entanto, identificar algumas das categorias de trabalho que continuam presentes no espaço de produção e demonstram a persistência do processo de transmissão dos saberes, como o mestre de rapadura, que mantém contínuo diálogo durante o processo de confecção com os metedores de cana e de fogo da fornalha, em busca do ponto ideal do produto, sintetizando a importância da tradição oral no contexto da aprendizagem do ofício.

Segundo Antônio José de Oliveira, de todos os funcionários envolvidos nas tarefas, o mestre de rapadura desfrutava de algumas vantagens:

Na hierarquia de trabalhos nos engenhos, algumas categorias gozavam de certos privilégios; sobretudo a de mestre. Essa profissão tornava o praticante senhor de um saber, que exercia dentro e fora do ambiente de trabalho. Categoria que, dotada de certo prestígio, obteve relações estreitas com o senhor. As suas relações com os demais trabalhadores, os conflitos, o repasse do ofício, as ambições dos que queriam alcançar esse posto, tudo isso movimentou o seletivo mundo desses indivíduos a buscarem estratégias de defesa de sua profissão.⁹

⁷ BRITO. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*, p. 71.

⁸ SÁ. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense: um estudo de caso*, p. 98.

⁹ OLIVEIRA. *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*, p. 61.

As práticas existentes entre os produtores de rapadura de Barbalha demonstram que as divisões de trabalho tornam-se cada vez menos rígidas, resultando em um trabalhador que exerce diferentes etapas na mesma cadeia produtiva e um proprietário de engenho cada vez mais inserido no processo de produção. O caxeador, que antes era responsável exclusivamente pela distribuição do melaço de cana nas formas para modelagem da rapadura, hoje é comumente encontrado nos engenhos embalando o produto ou exercendo outras atividades durante o processo de moagem.

Nas fotos que se seguem é possível observar que o mesmo trabalhador responsável pelo encaixotamento do doce também exerce a função de embalador do produto, tornando-o pronto para a comercialização e o consumo.



FIGURA 10 - Caxeador de rapadura em um engenho de Barbalha, CE.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.



FIGURA 11 - O mesmo trabalhador embalando o produto.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.

Nos engenhos de rapadura remanescentes no município de Barbalha constatamos adaptações na estrutura física e nas relações entre os trabalhadores, visando uma otimização da produção e uma melhor qualidade do produto, revelando características da concorrência entre os engenhos para atender ao mercado consumidor.

De acordo com uma pesquisa de 2001, feita pelo Banco do Nordeste, “apesar da indefinição dos trabalhadores ocupados no fabrico da rapadura, ou seja, de algumas funções poderem ser exercidas por quem estiver disponível, com exceção da função do mestre da rapadura, há denominações para algumas funções”.¹⁰

O cortador de cana é quem lida com a colheita nos canaviais e, em alguns casos, também pode realizar o transporte até o engenho para a entrega ao botador de cana. A função do botador é colocar a cana-de-açúcar no maquinário para a extração do caldo. Todos os engenhos visitados apresentavam moendas horizontais, um modelo fabricado originalmente em série, a partir de 1754, na Inglaterra.¹¹ Outros dois funcionários são responsáveis pelo

¹⁰ MONTEIRO; SANTOS JÚNIOR. *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*, p.48.

¹¹ GAMA. *Engenho e tecnologia*.

bagaço da cana oriundo do processo de moagem: são estes o bagaceiro fresco e o bagaceiro seco. O primeiro trabalha em sincronia com o botador de cana, enquanto o segundo mantém o espaço em torno da moenda livre, transportando o bagaço para a secagem ao ar livre e, em seguida, para a fornalha que mantém as caldeiras do engenho em funcionamento. O responsável pela fornalha é denominado metedor de fogo ou foguista, e é quem regula a quantidade de bagaço de cana necessária para o pleno funcionamento do engenho. Este trabalhador está sempre em contato com o mestre de rapadura para a regulação ideal da temperatura no processo de cozimento do caldo que é despejado nas caldeiras. Durante o cozimento do caldo, o caldeireiro é quem transporta o líquido através dos tachos, com o auxílio do meieiro e, em seguida, o despeja em um tacho de cobre, que possui duas alças para possibilitar o transporte do melado, que passou então do estado de caldo de cana para uma consistência mais grossa. O mestre de rapadura decide o momento ideal de retirar o mel de cana do tacho e transportá-lo para a gamela, que consiste em um grande caixote de madeira próprio para receber o mel em alta temperatura e com uma consistência pastosa, para posteriormente distribuí-lo em caixotes, também de madeira, que moldam a forma da rapadura após o resfriamento.

José de Figueiredo Filho fez um retrato da realidade dos engenhos de rapadura no Cariri e assim caracterizou o trabalho do mestre de rapadura na década de 1950:

O trabalhador mais compenetrado do engenho é o mestre da rapadura. Há deles, afamadíssimos. Fora do Cariri, não há ninguém que possa igualá-lo na arte de cozinhar e dar essa consistência fixa à rapadura caririense, de tanta fama e de tanta nomeada. Também não canta, nem diz prosas. Vive olhando caldeiras e tachos com a passadeira na mão. De vez em quando, um grito ao metedor de fogo para regular direito a fornalha. Se o mel “cochilar”, a rapadura fica encerada e perde o valor.

O mestre abre a torneira da garapa para encher a primeira caldeira feita de folhas de ferro. Na primeira fervura tira a decoada do seu depósito em panela quebrada e junta-se ao caldo de cana fervido. Depois adiciona óleo de mamona, de pequi, de sebo, que agem como clarificadores. E vai passando a garapa que, cada vez mais, se concentra, de uma caldeira para outra. Há agora outro ingrediente a ser lançado já no tacho, onde se apura o mel – a droga. É hidrossulfito de sódio, que, pelo óxido de enxofre que desprende, serve para clarear a rapadura. Onde, porém, o mestre se torna mais imponente, é quando mexe o mel na gamela para dar-lhe o ponto de coagulação e quando caixeia a rapadura em fôrma de pequizeiro.¹²

¹² FIGUEIREDO FILHO. *Engenhos de rapadura do Cariri*, p. 41.

O mestre de rapadura caracterizado por José de Figueiredo Filho há mais de meio século em nada difere do atual trabalhador responsável pela garantia de qualidade do produto de cada engenho. Sua autoridade e seriedade durante o processo são os atributos mais marcantes para quem o observa próximo à fornalha, e são vários os momentos em que se pode perceber a sua preocupação em não perder a concentração e, ao mesmo tempo, em orientar o trabalho dos outros funcionários que estão envolvidos no processo. Cada engenho possui o seu mestre de rapadura, o que demonstra a importância deste trabalhador qualificado no processo de produção. A qualidade do produto depende da ação do mestre, e a permanência deste ofício no universo dos engenhos é vital para a continuidade dos mesmos.



FIGURA 12 - Mestre de rapadura no engenho Dois Irmãos, em Barbalha, CE.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.

O reconhecimento da importância destes mestres é antigo. Relatos sobre esse trabalhador qualificado podem ser encontrados, por exemplo, no *Manual do agricultor brasileiro*, um livro publicado no ano de 1839 e que serviu como guia para alguns proprietários rurais e senhores de escravos que buscavam orientações para a lida no campo.

Levando em conta as semelhanças entre o mestre de rapadura e o mestre de açúcar, pode-se considerar a avaliação de Taunay a respeito destes trabalhadores:

O principal destes mestres, aquele cujo merecimento influi mais na perfeição dos produtos, é, sem contradição, o mestre-de-açúcar. É preciso que este reúna grande experiência e prática, uma certa faculdade para observar o ponto, que não pertence tanto à reflexão e observação, como à mesma organização, natural ou modificada pelo longo hábito. Tais mestres são raros, e não há ordenado que seja grande quando se podem encontrar: de ordinário faltam-lhes muitas das qualidades precisas; então guiam-se por uma rotina e tradições imperfeitas, e daí nasce em grande parte a diferença imensa dos açúcares que aparecem do mercado, se bem que as qualidades dos terrenos, temperatura do ano e circunstâncias acidentais exercem influência não pequena; o bom mestre sabe conhecer, aproveitar ou corrigir as influências do clima, terreno e cultura pela proporção de cal, grau de calor e outras operações da sua arte, a qual depende das ciências mais do que se pensa, e especialmente da química, de que é um rumo mui importante.¹³

José Sérgio Leite Lopes, no livro *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, descreve as categorias de trabalho dentro do complexo produtivo de uma usina. Em sua descrição é possível perceber que, mesmo em um contexto diferente da realidade vivenciada dentro de um engenho, algumas categorias ainda possuem destaque no contexto de uma hierarquia constituída através do pertencimento de conhecimentos específicos. Por conta do aumento na escala de produção, a usina passou a adquirir características de uma fábrica e os antigos trabalhadores passaram a ser denominados operários, funcionários ou empregados. No entanto, o conhecimento exigido para a realização de algumas tarefas, como a regulação de máquinas para alcançar o máximo rendimento do processo, ainda exige o que José Sergio Leite Lopes chama de “arte”.¹⁴

3.3 A permanência como resistência

É importante compreender que a permanência dos processos operados no âmbito dos engenhos vai além das explicações econômicas, estando ligada também a um sentimento de continuidade. Considerando as relações que os sujeitos sociais estabelecem diante das inovações, Edward P. Thompson assim discute a rebeldia da cultura popular plebeia em

¹³ TAUNAY. *Manual do agricultor brasileiro*, p. 112.

¹⁴ LOPES. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*.

defesa dos costumes na Inglaterra do século XVIII: “A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor”.¹⁵

Entendemos que a permanência dos produtores de rapadura do município de Barbalha durante, e mesmo após o período em que estes conviveram com o funcionamento da usina Manoel Costa Filho, reflete uma postura de resistência diante de mudanças operadas em um nível superior de escolhas e decisões tomadas pela administração do Estado. Essa resistência pode ser compreendida, uma vez mais valendo-nos das reflexões de Thompson acerca da rebeldia da cultura popular na Inglaterra, como defesa dos costumes:

A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.¹⁶

No contexto do Cariri, as mudanças de ordem técnica foram perceptíveis ao longo das transformações da estrutura física dos engenhos que, nos seus primórdios, eram movidos à tração animal e construídos em madeira, passando pelos engenhos hidráulicos, pelos movidos a vapor, até chegar aos mais modernos, com seus motores a óleo diesel ou ligados à energia elétrica.

Os ofícios envolvidos na produção de rapadura demonstram que a prática e as relações sociais permanentes no cotidiano dos engenhos denotam outro aspecto do patrimônio imaterial: “[...] que ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente ligado a um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico”.¹⁷

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti cita o artigo segundo da Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que considera patrimônio imaterial:

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os

¹⁵ THOMPSON. *Costumes em comum*, p.19.

¹⁶ THOMPSON. *Costumes em comum*, p.19.

¹⁷ CUNHA. Introdução, p. 15.

indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.¹⁸

O acesso aos recursos naturais e aos territórios, referido por Manuela Carneiro da Cunha, destinados a garantir a reprodução dos saberes tradicionais, remete à região dos baixios caririenses, que apresenta ótimas condições para o cultivo das lavouras de cana-de-açúcar, envolvidas na produção da rapadura pelos agentes detentores destes conhecimentos. Este acesso estaria diretamente condicionado a questões políticas, sociais e econômicas que surgiram a partir da instalação, em Barbalha, do modelo agroindustrial trazido pela usina, contrastando com a pequena unidade produtiva dos engenhos de rapadura da região.

Dentre as questões envolvidas, podemos citar o incentivo fiscal e financeiro do governo à Usina Manoel Costa Filho, em detrimento da crise enfrentada pelos engenhos da região, o que acarretaria posteriormente uma concentração fundiária e um monopólio de preços ditados pela usina aos produtores de cana. Delma Pessanha Neves assim descreve a continuidade intervencionista do Estado neste tipo específico de economia:

Ademais, na medida em que o açúcar se constituiu a nível da sociedade nacional, num dos produtos básicos de exportação e de sustentação da participação nas relações de mercado internacionais, na medida em que se apresenta como um dos produtos básicos à reprodução da força de trabalho, os agentes que participam da produção de cana devem se submeter e a interdependem de uma rede mais ampla de agentes econômicos e de interesses contraditórios. A multiplicidade de agentes voltados para a produção do açúcar e os conflitos decorrentes das diferenciadas posições de poder por eles ocupados implicaram que, sob níveis e graus variados, os interesses do Estado estivessem quase sempre presentes, de modo a adequar a produção às sucessivas e variadas formas de dominação e de reprodução dessa economia.¹⁹

Outra importante questão a considerar é a disputa pela água na região, algo tão antigo que remete às primeiras rotas migratórias e de colonização, que logo perceberam a riqueza das nascentes que brotam ao longo da área abarcada pela Serra do Araripe. Os engenhos mais ricos e mais prósperos sempre foram, inegavelmente, aqueles que detiveram o

¹⁸ CAVALCANTI. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte, p. 11-12.

¹⁹ NEVES. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, p.174.

maior domínio sobre a circulação das águas. Daí terem surgido diversas tecnologias que buscavam desviar, represar e distribuir a água para os plantadores de cana (produto de maior relevância no contexto da economia rural da região do Cariri como um todo, por um longo período, desde meados do século XVIII), mas também responsáveis por atender a toda uma comunidade que convivia fora dos limites das propriedades dos grandes donos de terras.

É neste contexto de conflito que se insere a reflexão acerca das condições que podem restringir os detentores dos saberes da produção da rapadura na reprodução deste **fazer** que pode ser considerado um patrimônio imaterial, devido à continuidade de um processo que se relaciona às práticas de gerações antepassadas.

Em artigo para a *Revista Econômica do Nordeste*, João Policarpo Rodrigues Lima e Célia M. Lira Cavalcanti, ao tratar da situação atual do segmento rapadureiro e da localização e identificação dos polos de produção, assim descrevem as condições de produção no território cearense:

No Ceará duas regiões se destacam pela existência da pequena produção de rapadura: a do Cariri e a da Serra da Ibiapaba. Embora exista uma usina de açúcar, em Barbalha, os municípios circunvizinhos como Missão Velha, Barro e Milagres são produtores destacados de rapadura. Já Juazeiro do Norte e Crato se dedicam à produção de cachaça.

Pelos dados do cadastro do SEBRAE, o Estado do Ceará conta com cerca de 167 engenhos produtores de rapadura. Na Serra da Ibiapaba, o maior número de produtores se encontra no município de Ibiapina com 67 engenhos, seguido de Ubajara com 33 produtores cadastrados. Matéria publicada no Diário de Pernambuco em 14/11/97 destaca Barbalha como principal produtor na região do Cariri por possuir “30 engenhos responsáveis pela produção de aproximadamente 100 mil rapaduras/dia”.²⁰

Os dados citados acima remetem à segunda metade da década de 1990, quando o número de engenhos em Barbalha ainda girava em torno de 30 unidades. Nesse período, os engenhos já haviam decrescido drasticamente em quantidade, se comparados aos números anteriores à década de 1980, quando a usina já se encontrava em operação.

Se tomarmos os números do Censo Agrário do IBGE como referência, podemos observar as mudanças ocorridas quanto às condições dos produtores ao longo das três décadas em que a usina estabeleceu relações comerciais no município de Barbalha, demonstrando de forma quantitativa o decréscimo do número das unidades produtivas familiares. Detivemo-nos aos dados específicos de Barbalha exatamente por este município ter recebido a unidade

²⁰ LIMA; CAVALCANTI. A produção de rapadura no Nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas, p. 953.

agroindustrial representada pela Usina Manoel Costa Filho. Outra razão refere-se à limitação da pesquisa, restrita à visitação, observação e análise dos engenhos que apresentavam a produção de rapadura no ano de 2009 na zona rural de Barbalha. É importante ressaltar que esses números absolutos não representam exclusivamente as unidades produtivas dos engenhos; a análise segue uma metodologia do próprio IBGE, ou seja, uma análise obtida através de amostragens, podendo levar a se concluir que o declínio no número de propriedades de terra segue a mesma lógica, por exemplo, do declínio do número dos produtores de rapadura no município de Barbalha.

Em Barbalha, segundo o Censo de 1970 e segundo as mesorregiões, as microrregiões e os municípios, foram registrados, na categoria de proprietários, 869 estabelecimentos, totalizando 17.519 hectares de área. Enquanto arrendatários, foram contabilizados 363 estabelecimentos, totalizando 2.596 hectares. Na categoria de parceiros, foram registrados 135 estabelecimentos, em uma área total de 347 hectares e, como ocupantes, foram totalizados 140 estabelecimentos, em uma área de 7.714 hectares.

De acordo com os números do IBGE de 1975 e seguindo as mesmas especificações da condição dos produtores, segundo as mesorregiões, as microrregiões e os municípios, foram registrados, na categoria de proprietários, 799 estabelecimentos, totalizando 18.356 hectares de área. Os arrendatários foram contabilizados em 377 estabelecimentos, totalizando 2.569 hectares. Na categoria de parceiros foram registrados 127 estabelecimentos, em uma área total de 339 hectares e, como ocupantes, foram totalizados 164 estabelecimentos, em uma área de 635 hectares.

Através dos dados apresentados no Censo de 1985, a categoria proprietários registrou 862 estabelecimentos, contabilizando 17.636 hectares. Como arrendatários, 443 estabelecimentos totalizaram 2.666 hectares. Na categoria parceiros, 166 estabelecimentos foram contabilizados, em um total de 656 hectares, e na categoria ocupantes os 227 estabelecimentos identificados totalizaram 951 hectares.

No Censo de 1995-1996 foram registrados, na categoria proprietários, 1.123 estabelecimentos, totalizando 13.610 hectares de área. Enquanto arrendatários foram contabilizados 79 estabelecimentos, totalizando 438 hectares. Na categoria parceiros foram registrados 296 estabelecimentos, em uma área total de 431 hectares, enquanto os ocupantes totalizaram 681 estabelecimentos em uma área de 1.291 hectares.

É importante ressaltar que, embora os números relativos à quantidade de estabelecimentos tenham apresentado um crescimento de 869 proprietários em 1970 para

1.123 entre 1995 e 1996, uma análise do mesmo período mostra que, em quantidade de hectares, a área de todas essas propriedades decaiu de 17.519 para 13.610, demonstrando dessa forma a perda de quase quatro mil hectares de terra. Os dados que apresentam um decréscimo ainda maior referem-se à situação dos ocupantes, aqueles que são produtores, mas não são nem proprietários, nem arrendatários e nem parceiros, e que em 1970 produziam em uma área de 7.714 hectares e que entre 1995 e 1996 contavam com 1.291 hectares.

Esses números podem ser representantes de duas situações. Primeiro, podem indicar que a área cultivada pela categoria *ocupante* caiu de forma drástica, demonstrando claramente uma mudança entre as relações de trabalho no campo. Essa forma de ocupação da terra, voltada basicamente para a produção de subsistência, não pareceu mais ser vantajosa para os reais proprietários diante das possibilidades trazidas pela Usina com a demanda da produção de cana-de-açúcar e a opção de ocupar ao máximo as áreas agricultáveis. A segunda situação que pode ser observada é que a área onde os produtores são proprietários de suas terras caiu devido a uma realidade que foi vivenciada em outras situações semelhantes, ou seja, o endividamento e a perda da posse da terra após a falência.

TABELA 9
Números do Censo Agrário do Ceará relativos ao município de Barbalha - Condição do Produtor por Número de Estabelecimentos

CONDIÇÃO DO PRODUTOR – POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ANO			
	1970	1975	1985	1995-1996
Proprietário	869	799	862	1.123
Arrendatário	363	377	443	79
Parceiro	135	127	166	296
Ocupante	140	164	227	681

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, de 1970 a 1996.

TABELA 10
Números do Censo Agrário do Ceará relativos ao município de Barbalha - Condição do Produtor por Área (Hectares)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR – POR ÁREA (HECTARES)	ANO			
	1970	1975	1985	1995-1996
Proprietário	17.519	18.356	17.636	13.610
Arrendatário	2.596	2.569	2.666	438
Parceiro	347	339	656	431
Ocupante	7.714	635	951	1.291

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, de 1970 a 1996.

José de Figueiredo Filho relata a existência de uma usina a poucos quilômetros do Crato, em Buriti, onde havia na década de 1930 uma pequena estação da Rêde de Viação Cearense, e que servia para o transporte da produção de gipsita²¹ do Crato e de Santana do Cariri:

A usina não medrou em terras caririenses. Diversas causas impediram-na de vencer. Foi comprada em segunda mão e sua produção nunca foi compensadora. Iniciou-se logo uma seca de 1932, com a produção de cana diminuída e a rapadura com aumento exagerado de preço. Não quis o lavrador submeter-se a contratos dos usineiros. Foi um bem a usina, aos moldes pernambucanos, não prosperar. O Cariri é a região de pequenas propriedades e a cana-de-açúcar não suplantou a policultura. A energia de Paulo Afonso está prestes a chegar ao Vale. A usina tem que surgir também, mas, que nos venha para melhorar o nível de vida dos pequenos lavradores e dos trabalhadores rurais e não unicamente para destruir o engenho de rapadura, sem nada de bom e de duradouro deixar na terra.²²

Interessante o autor citar que a energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso nem havia chegado à região ainda no final da década de 1950. De fato, a festa da chegada da energia só viria a acontecer em 28 de dezembro de 1961, realizada na Praça do Socorro, em Juazeiro do Norte. Segundo reportagem do *Diário do Nordeste*:

Antes da chegada da energia ao Ceará, os Municípios do interior cearense eram iluminados pelas próprias Prefeituras a partir de pequenos e precários grupos geradores, dentro de horários restritos, geralmente das 18 às 20 horas. O Crato era uma exceção. A cidade contava com uma hidrelétrica, movida com águas da nascente Batateira, com uma vazão de quase um milhão de litros por hora.²³

Ainda segundo a reportagem, a Usina de Energia Elétrica foi a primeira hidrelétrica do Crato e foi instalada no ano de 1939, gerando autonomia na eletrificação. A capital do Ceará, Fortaleza, só receberia a Energia da Usina Santo Afonso no ano de 1964.

²¹ A gipsita é um minério. De acordo com o Dicionário Houaiss, trata-se de sulfato hidratado de cálcio monoclinico, incolor ou branco, de brilho vítreo e clivagem perfeita. Também conhecido como gema, gesso ou gipso.

²² FIGUEIREDO FILHO. *Engenhos de rapadura do Cariri*, p.17.

²³ ABERTOS..., 2010, p. 4.



FIGURA 13 - Esteira mecânica para rapadura. Criação do senhor João Leite no Engenho Dois Irmãos, em Barbalha, CE.

Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves, 2009.

Compreendemos que diferentes mudanças levaram os donos de engenhos a adaptarem a sua forma de produzir rapadura ao longo do tempo. Aconteceram mudanças no maquinário que exigiram a utilização de diferentes fontes de energia (tração animal, água, vapor, energia elétrica ou combustível), assim como diferentes crises colocaram a permanência dos engenhos em questão e, em diversos momentos, o antigo se deparou com a chegada do progresso.

Ao analisar a categoria de progresso, Jacques Le Goff aborda diferentes momentos do que ele denomina “reação”. Os diferentes momentos e formas como foram encaradas as crises do progresso demonstram que, dificilmente, na história da humanidade, foi possível conciliar austeridade econômica com desenvolvimento científico e social sem que se influenciasse, de forma negativa, algum aspecto dos direitos básicos do homem. Segundo Jacques Le Goff:

Depois de 1975, o maior ou menor fracasso, mais ou menos patente, de todos os sistemas socioeconômicos e políticos do globo arrastou uma aceleração na crise do progresso. As nações ocidentais desenvolvidas revelaram-se incapazes de fazer face à crise de energia, à inflação e ao desemprego; os países ditos socialistas não conseguiram construir uma economia adequada às suas necessidades e infringiram, em maior ou menor grau, os direitos elementares da pessoa humana; a maioria dos países do Terceiro Mundo falhou nos planos econômico e político, vítimas de si mesmo e dos estrangeiros.²⁴

Para os dias de hoje, é preferível pensar em diferentes setores de progresso, já que os avanços tecnológicos e científicos não necessariamente acompanham um progresso moral dentro de um quadro político e econômico, o que, segundo Jacques Le Goff, parece ridicularizado e duvidoso, frente ao progresso maior que ainda deve ser alcançado: o dos direitos humanos. Neste contexto, nosso estudo da permanência dos engenhos nos dias atuais não deve ser considerado “reacionário”, pois foram abordados momentos específicos em que o Estado agiu em defesa do “progresso”. Buscou-se demonstrar como foi negligenciado um aspecto moral destes produtores, os quais tiveram suas práticas sociais e econômicas classificadas como obsoletas diante de um projeto modernizador.

Celso Furtado, em seu livro *Brasil Pós-“Milagre”*, faz uma descrição do formato adotado pelas políticas econômicas brasileiras na segunda metade do século XX e demonstra que, principalmente com relação à região Nordeste, os grandes beneficiados foram as grandes indústrias e a “classe média nordestina”. Segundo o economista:

A industrialização que ocorreu no Nordeste nos últimos dois decênios está na origem de transformações estruturais tendentes a agravar as disparidades de níveis de vida que caracterizam a região. Foram as indústrias que se vinculam aos mercados externos e processam produtos primários as que mais se beneficiaram dos subsídios concedidos pelo Poder Público. Seus efeitos de arrasto são mínimos e a tecnologia utilizada responde às exigências dos mercados extra-regionais, o que se traduz em reduzida criação de emprego.²⁵

O que Celso Furtado ressalta ainda é que a gerência dos excedentes gerados por esse modelo de economia é de responsabilidade do poder político, ou seja, a forma como estes recursos são empregados é de competência dos gestores públicos. O estilo de desenvolvimento observado durante esse período superestimou as vantagens atreladas à instalação de uma agroindústria e negligenciou os efeitos que se abateram sobre os pequenos

²⁴ LE GOFF. *História e memória*, p. 273.

²⁵ FURTADO. *O Brasil Pós-“Milagre”*, p. 150-151.

produtores, que contavam com uma pequena margem de lucro, mas com a posse de suas terras. Na opinião de alguns donos de engenho que mantêm a produção de rapadura na região do Cariri cearense, a presença da Usina Manoel Costa Filho no município de Barbalha foi a responsável pela permanência da cultura canavieira, que já se encontrava em declínio desde meados do século passado. A instalação da Usina pode ter prolongado um sistema que se encontrava em franca decadência por criar uma alternativa para a comercialização da cana-de-açúcar, mas por outro lado acelerou o desaparecimento de unidades produtivas de tamanho familiar a partir dos problemas causados por endividamentos, falta de incentivos e projetos governamentais que atendessem ao pequeno produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a noção de documento quanto a de monumento vêm ganhando novos significados, passando por um período em que o documento era representado simplesmente no corpo de um texto e ganhando novas interpretações por parte dos historiadores oriundos de uma corrente historiográfica inaugurada com a História Nova e a Escola dos *Annales*.

Essas novas interpretações davam conta de um diverso universo documental, que se abria diante dos olhos de pesquisadores ávidos por novas fontes. É neste contexto que o documento ganha um novo significado, ao ser entendido como resultado de uma montagem de época, produto de uma sociedade com ou sem intenções de impor ao futuro determinada imagem de si própria. Por muito tempo, as relações de força e de poder criaram os grandes monumentos como forma de perpetuação da imagem das sociedades que os produziram. As atuais interpretações históricas buscam desconstruir essa via única que determinou os monumentos como as únicas fontes documentais e o texto escrito como única fonte confiável da história.

Essa visão procura interpretar várias linguagens e múltiplos aspectos das sociedades como novos documentos passíveis de análise e compreensão. Buscou-se, ao longo deste estudo, demonstrar como a elaboração de um produto alimentício pode ser compreendida como um processo representativo de características próprias de uma comunidade. As suas particularidades remetem às gerações anteriores e a perpetuação de suas práticas denota a capacidade de preservar o conhecimento, mesmo com possíveis e necessárias adaptações.

REFERÊNCIAS

- ABERTOS 50 anos da energia de Paulo Afonso. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 30 dez. 2010. Caderno Regional, p. 4.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- ALENCAR, Angelita. Entrevista concedida a Naudiney de Castro Gonçalves em 24 jan. 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1994.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Bbaiano no período colonial*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BARRETO, Raul Edson de Almeida. *A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB*. Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v.
- BEZERRA, Adauto. Discurso. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 15 jun. 1976.
- BORGES, Uta et al. *PROÁLCOOL: economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustível*. Aracaju: UFS/PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975*. Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>. Acesso em 09 dez. 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm. Acesso em 09 dez. 2011.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 09 dez. 2011.
- BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*. Fortaleza: IOCE, 1985.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. p. 11-36.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008.

CEARÁ. Lei nº 13.351 de 22 de agosto de 2003. Institui, no âmbito da administração pública estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do estado do Ceará (RMCTP-CE) e dá outras providências. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. p.154-157.

CEARÁ. Lei nº 13.427 de 30 de dezembro de 2003. Institui, no âmbito da administração pública estadual, as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Ceará. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. p.158-159.

CEARÁ. Lei nº 13.842 de 27 de novembro de 2006. Institui o Registro dos “Tesouros Vivos da Cultura” no Estado do Ceará e dá outras providências. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. p.160-163.

CEARÁ. *Lei Complementar nº 78 de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC, altera a composição de microrregiões do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em: http://www.jardim.ce.gov.br/regiao/Lei_Complementar_Estadual_do_Ceara_78_de_2009.pdf. Acesso em 09 dez. 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.p. 41-50.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)

O FÉRTIL Cariri. *Revista Veja*, São Paulo,10 mar.1976.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.

FIGUEIREDO JUNIOR, Carlos Alberto; GONÇALVES, Marcos Falcão; VIDAL, Maria de Fátima. *Cachaça e rapadura na área de jurisdição do BNB: produção, tecnologia e mercado*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série Documentos do ETENE).

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000. p. 11-21.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-“Milagre”*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Massangana/FUNDAJ, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 2002.

HOBBSAWN, E. J. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOMERO, Adler. Patrimônio imaterial: problema mal-posto. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 97-116, 2006.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário: Ceará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. (VIII Recenseamento Geral – 1970)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos econômicos de 1975: censo agropecuário Ceará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. (Série Regional, Vol. 1, Tomo 7)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário: Ceará*. 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 2 v. (IX Recenseamento Geral – 1980)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos econômicos de 1985: censo agropecuário Ceará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. (Número 11: Ceará)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 1995-1996*. Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. (Número 9: Ceará)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Inventário Nacional de Referências Culturais*: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Anais da I Oficina de Pesquisa*: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *Resolução n. 075 de 28 de novembro de 2000*. Estabelece novos procedimentos para o Registro de Indicações Geográficas. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/images/stories/ResolucaoIG.pdf>. Acesso em 09 dez. 2011.

JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Engenhos de rapadura*: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITE, João. Entrevista concedida a Naudiney de Castro Gonçalves em 27 jan. 2009.

LIMA, João Policarpo Rodrigues Lima; CAVALCANTI, Célia M. Lira. Do engenho para o mundo? A produção de rapadura no Nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 4, p. 924-1101, out-dez. 2001.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História da agricultura brasileira*: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.15-26.

MAGALHÃES, João P. de Almeida; KUPERMAN, Nelson; MACHADO, Roberto Crivano. *PROÁLCOOL*: uma avaliação global. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

MENESES, José Newton Coelho. *Dossiê interpretativo do queijo artesanal de Minas*: patrimônio cultural do Brasil. Belo Horizonte, IPHAN, 2006.

MONTEIRO, Ângela Maria Cunha; SANTOS JÚNIOR, José Neiva (Coord.). *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana*: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, Antônio José de. *Engenhos de rapadura do Cariri*: trabalho e cotidiano (1790-1850). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

PAMPLONA, Confúcio. *Proálcool: impacto em termos técnico- econômicos e sociais do programa no Brasil*. São Paulo: IAA, 1984.

PENNA, Camilo. *O Proálcool vale?* 2. ed. São Paulo: SOPRAL, 1985.

PIÑÓN, Ana; FUNARI, Pedro. Telling Children About the Past in Brazil. In: GALANIDOU, Nena; DOMMASNES, Liv Helga (Ed.). *Telling Children About the Past: An Interdisciplinary Perspective*. Internacional Monographs in Prehistory. Michigan: Ann Harbor, 2007. p. 313-333.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 280-301, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)

POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o métier d'historien. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 63-82.

RABELO, Sílvio. *Cana de açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1969.

RAPADURA é alternativa para a economia. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 20 mar. 1999.

RAPADURA faz parte da cesta básica da Conab. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 17 set. 1997.

RÊGO, José Lins do. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

RÊGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RÊGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SÁ, Filadelfo Tavares de. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense: um estudo de caso*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1988.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Ed.Stylus/Consultoria de Investimento, Publicidade e Planejamento Ltda, 1976.

SAMPAIO, Francisco de Assis. Entrevista concedida a Naudiney de Castro Gonçalves em 27 jan. 2009.

SAMPAIO, João. Entrevista concedida a Naudiney de Castro Gonçalves em 27 jan. 2009.

SANT'ANNA, Márcia G. de (Org.). *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura /IPHAN/FUNARTE, 2006.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 62-79, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)

SANTOS, José Ailton Nogueira dos. *Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. (Série Documentos do ETENE)

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, v.4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VOLDMAN, Daniéle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 247-266.

WANGHON, Moisés de Oliveira; COSTA, Cíntia Reis. Indicações geográficas como instrumento de proteção do patrimônio cultural imaterial. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, 2004, Belém. *Anais...* Belém: CESUPA/MPEG, 2005.p. 165-176.

WEFFORT, Francisco. Exposição de motivos que encaminha o Decreto nº 3551/2000. Brasília, 17 de maio de 2000. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 342-344, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)